

**ATA COMPLETA**

**32a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA  
SOROCABA E MÉDIO TIETE  
CBH- S M T**

**Reunião Realizada 29 / 04 / 2005**

**PORTO FELIZ - SP**

Taquógrafo: Dartan Gravina

Fones : (011) 4475 8408 \* 7138 2725

Sr. Cláudio Maffei Prefeito de Porto Feliz – Bom dia, gostaria de agradecer pela presença e dizer a todos que sejam bem-vindos a esse porto que se chama Feliz, à nossa cidade, Porto Feliz. É um prazer estar recebendo todos nessa 32<sup>a</sup>. reunião extraordinária do Comitê de bacia. Gostaria de começar compondo a mesa, chamando o nosso querido Presidente do CBH-SMT Élbio Trevisan, chamar também nosso vice Presidente da Sociedade Civil, Wendell Wanderley, para representar a Secretária Executiva do Comitê de bacia, a Rosângela e também para compor a mesa representando o Prefeito Cassola de Votorantim, Presidente do CERISO Rubens Mesadre, também gostaria de convidar e aproveitar para agradecer em público pela confiança, pela parceria que temos feito em Porto Feliz, o Presidente de Câmara Municipal, Vereador Valter Rodrigues, um grande parceiro que nos tem ajudado a desenvolver a cidade. Gostaria de agradecer a presença do vice Prefeito de Porto Feliz, Dr. Luis Gustavo, que não vai estar na mesa porque vai ter um compromisso e ele vai ter de sair e pediu para não compor, mas nossos agradecimentos ao companheiro também. Gostaríamos de começar essa reunião cantando o Hino Nacional e o Hino de Porto Feliz.

Execução do Hino Nacional.

Execução do Hino do Município de Porto Feliz.

## **Hino à Porto Feliz**

**Letra: Prof. Júlio Soares Diehl**

**Música: Maestro João Batista Julião**

**Nos anais refulgentes da história  
Deste grande e amado país  
Tu fulguras coberta de glória  
Boa terra de Pôrto Feliz**

**(estribilho)**

**Salve terra das monções  
Tua gente varonil  
Honrarás tuas tradições  
E a grandeza do Brasil**

**II**

**Tens o nome ligado a conquista  
Dos mais brutos e ínvios sertões  
Bis E teus filhos o sangue paulista  
Bis Dos valentes heróis das monções**

**III**

**És um elo que liga o presente  
Ao passado e também ao porvir  
E por isso tu deves a frente  
De monções de civismo partir**

Sr. Cláudio Maffei Prefeito de Porto Feliz – Gostaria agora de apresentar um vídeo de Porto Feliz para demonstrar como temos uma ligação gigantesca com o rio Tietê, com a água e com os recursos hídricos.

Exibição do vídeo

“ MONÇÕES A LUTA DA DESCOBERTA

PORTO FELIZ

Porto de Partida das Grandes Expedições de Povoamentos “

Sr. Cláudio Maffei- Pedimos por favor para recompor a mesa. Fico emocionado quando vejo esse vídeo e espero nesse ano e vamos fazê-lo junto com a Câmara e toda a região, voltar a fazer essa maravilhosa semana das monções que vem aí vai ser a 50<sup>a</sup>. criada em 1952, por Sérgio Buarque de Holanda, pai do Chico Buarque, o Dr. Léo e o Dr. Herval e agora vamos continuar trilhando e continuando esse caminho desse maior teatro que o Brasil tem. É uma amostra do que o povo de Porto Feliz pode fazer e toda região, para desenvolver o turismo e para mostrar o respeito aos recursos hídricos. Gostaria de convidar a todos para que na semana

de 13/10 estejam em Porto Feliz para comemorar conosco a 50<sup>a</sup>. semana das monções. Gostaria de passar a palavra ao nobre Presidente Élbio Trevisan, para que dê continuidade a essa reunião . Boa reunião a todos.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar primeiramente os membros que compõem a mesa e agradecer ao Prefeito Cláudio Maffei, parabéns pela reunião e pelo recinto que nos ofereceu, parabéns pelo vídeo que você apresentou e até sugiro que você mande o vídeo em cada Prefeitura para mostrarmos nas escolas essa maravilha que foi nosso descobrimento e das monções aqui de Porto Feliz, guiado pelos Bandeirantes, parabéns pela sua cidade. Quero agradecer ao vice Presidente Wendell, no qual cumprimento toda sociedade civil e também da Secretária Executiva Rosângela e todo o segmento do Estado também e o Presidente do CERISO Jair que hoje está sendo representado pelo Sr. Rubens Mesadre, ao Presidente da Câmara de Porto Feliz Sr. Valter Rodrigues também, no qual quero cumprimentar todos os vereadores aqui presentes. Também quero agradecer a presença de todos. E fazendo um agradecimento a todos que participaram da última eleição, no qual nosso nome foi eleito por todos os segmentos da sociedade, Estado e sociedade civil e dizer a vocês que nós aqui à frente desse Comitê estaremos para dialogar para fazermos o melhor para nosso meio ambiente, enfim, estamos à disposição de toda sociedade. Hoje é a 32<sup>a</sup>. reunião extraordinária e queremos saber da Secretária se há quorum, 43 do colegiado estão presentes, a

reunião está apta a começar. Se alguém da mesa quiser fazer uso da palavra.

Sr. Wendell- Sociedade civil- Bom dia a todos, só queria pela questão de ordem antes de iniciar os trabalhos, tenho umas propostas do Instituto Aruanda, vou ler. Presente na reunião da plenária da 32<sup>a</sup>. reunião de 29/04/2005, cidade de Porto Feliz. Apresentação de considerações e mudanças de pauta e título, relacionados com o item Diretrizes e Critérios para Distribuição de recursos do FEHIDRO destinado ao CBH-SMT para 2005. Segundo o documento distribuído digitalmente e que leva o nome, Aprova Diretrizes e Critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO destinado ao CBH-SMT para 2005 que leva o nome como assinante Rosângela, Secretária Executiva, Élbio Trevisan Presidente, Wendell vice Presidente. Apresentação. Considerando que o chamado convite para a 32<sup>a</sup>. reunião no seu item 5 Diretrizes e Critérios Gerais para Hierarquização de pleitos para indicação de financiamentos recursos do FEHIDRO não está apresentada na forma de deliberação e pelo texto explícito e certo, se entende por uma informação determinada que sendo uma plenária de âmbito de discussão democrática e pelas formas e dispositivo que regem as leis específicas que criamos Comitês de bacia e a constituição federativa do Brasil, a questão deve ser tratada como deliberativa e que qualquer documento ao respeito deve ser caracterizado como proposta, cabendo também a possibilidade de apresentação de outras propostas ou encaminhamentos de emenda, posterior discussão e encaminhamento de votação. Sendo este assunto considerado como proposta ou estas

tratadas como deliberativas, sendo o assunto em tratamento importante prioritário, devido aos prazos determinados pelo FEHIDRO. Considera-se que deve ser pautada na pauta 3 Deliberações e como subpauta seguinte as primeiras duas já pautadas. Pelo exposto solicita-se as seguintes mudanças, pauta 3. Deliberações, 3.1 Composição do colegiado 2005-2007, 3.2 Composição das Câmaras Técnicas e Grupos do CBH-SMT, 3.3 Apresentação para discussão da proposta da Câmara Técnica de Planejamento sob Diretrizes e critérios gerais para hierarquização de pleitos para indicação de financiamentos recursos do FEHIDRO. Para apresentação em plenária, discussão e incorporação da Ata da 32<sup>a</sup>. reunião extraordinária. Eduardo Raccioppi, Aruanda Ambiente.

Sr. Eduardo Raccioppi - Aruanda Ambiente- Exposto já em conteúdo, estou encaminhando o pedido de votação dessa proposta de inversão de pauta. Fica à mesa a convocação ou aceitação da votação da inversão. Ou seja, a proposta é 1<sup>o</sup>. o que se chama de Diretriz seja colocado como proposta porque a diretriz não é um fato consumado, a diretriz é um fato consumado tem que mudar o nome, é uma proposta de discussão e a segunda parte é que seja incluída nessa pauta deliberativa porque senão vamos discutir isso, vamos discutir o pleito FEHIDRO que vai levar no mínimo 1 hora, vamos deixar para o final vamos sair daqui 4 hs. então quero inverter a pauta.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Antes de se iniciar as deliberações ou dentro nesse primeiro item?

Eduardo- Dentro das deliberações. Terceiro item.

Rosângela-Talvez eu não tenha sido clara, dentro das deliberações o primeiro item, que seja inserido a apresentação da deliberação dos critérios do FEHIDRO, é isso?

Eduardo- No terceiro ponto.

Rosângela-Está claro para todos ? Que se abra com a proposta FEHIDRO, havendo alteração de pauta então.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Vamos pôr em votação então. Os que não querem inversão de pauta que permaneçam sentados e os que querem levantam-se ou os seus crachás.

Sra. Cida- Sociedade Civil- Eu tenho sugestão para o Eduardo. Que façamos rapidamente essas deliberações porque acho que o dia de hoje é para justamente discutirmos os critérios para distribuição do FEHIDRO. Que sejamos então breves, não dá para atropelar, é necessário que se fale da composição do colegiado porque é ele que vai deliberar, que se fale dos trabalhos das Câmaras Técnicas, e que sejamos rápido. Coloco então minha posição contrária a mudança de pauta.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Mais alguém?

Eduardo- Acho que você não entendeu. Eu falei que na parte deliberação, o ponto 3.1 continua sendo o mesmo, 2 composição das Câmaras Técnicas e 3.3 que indicamos como apresentação e discussão da proposta do pleito FEHIDRO, ou seja, a única diferença é colocar o final que não era deliberativo dentro do deliberativo e é a única deliberativa, a 5 que está proposta, a convocatória é diretamente um informe sobre as diretrizes, e isso não pode ser um informe tem que ser uma discussão e cada um dará



sua opinião, suas emendas ou suas propostas para fazer outras condições que não sejam as diretrizes. O que pedimos é que na pauta 3 Deliberativa, se agregue a proposta, é uma proposta da Câmara Técnica para que seja discutida, não muda nada, é simplesmente colocá-la, o que você está colocando está 3.1 e 3.2.

Rosângela - Por favor vejam na pauta e se contempla a solicitação. Já foi feita a abertura, o segundo item permanece, o terceiro as deliberações da composição do colegiado, Câmaras Técnicas, Conesam, CRH que não está na pauta, são só as indicações que foram feitas na reunião anterior e que não constam aqui, e posteriormente iniciáramos a discussão para proposta para diretrizes e critérios do FEHIDRO e depois no 4º. item os informes e encerramento. Contempla assim?

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Todos em concordância ?

Wendell- Eu sugiro que se coloque o que ele pede, as diretrizes passando para o item 3 deliberações, e ele tem razão nisso e que façamos o que está escrito aqui, porque tudo o que está aqui é importante, a gente faz isso de forma rápida e quanto ao tempo, estamos aqui para deliberar tudo o que vai acontecer com o FEHIDRO. Vai ser feito.

Rosângela-Existem duas propostas, a do Eduardo que no 3º. item seja colocado a deliberação do FEHIDRO e que ela venha antes dos informes e a da Cida é que as deliberações sejam realizadas após os informes. Podemos votar, o Presidente coloca em votação as duas.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T –Os que não querem inversão de pauta que permaneçam sentados e os que querem levantem seus crachás. **Aprovado** do jeito que está, a maioria ganhou.

Wendell- Deixe-me fazer uma proposta de consenso, que o Prefeito Maffei está colocando. Se colocar os informes antes e anexar o item 5 no 3, as duas contemplam uma só questão.

Sr. Francisco Mosquini – Inevat- Ficamos aqui, já quase 15 minutos discutindo isso ai quando já existe uma pauta elaborada, não podemos levar nesse ritmo.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Concordo com o senhor, já está aprovado.

Passo a palavra a Rosângela para os informes.

Antes, em votação a Ata anterior, querem que seja lida ou não ? A Sra. Cida pediu a dispensa da leitura da Ata e vamos passar para o item seguinte. Os que não querem a leitura da Ata que permaneçam sentados e os que querem que levantem seus crachás. **Aprovado**, está aprovada a Ata.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT –

<sup>\*\*</sup> Nós participamos no dia 15, a Malu, que tem assento como Conselheira, eu participei, acompanhando o Prefeito de Iperó que também tem assento no CRH e lá foram discutidos o PERH. Sua importância é que ele indica as metas estratégicas indicando e alterando os PDC's que tem interferência nos critérios do FEHIDRO, quando os tomadores preenchem a ficha do FEHIDRO, um dos itens é o de PDC e é importante que estejamos

---

\*\* Apresentação com recurso visual do Datashow

sempre atentos acompanhando com o desenvolvimento do PERH para que tenhamos contemplados nos PDC's o que é de interesse de cada bacia.

O outro item foi da deliberação sobre águas subterrâneas, ela dá diretrizes e procedimentos para áreas de restrição e controle da captação e uso das águas subterrâneas pela quantidade e pela qualidade. A importância que a gente vê é que existem hoje muitos poços profundos, muitos aproveitamentos de águas subterrâneas mas não estão devidamente outorgados, também existem áreas e por isso foi sugerido essa deliberação, áreas com restrições, para os srs. terem idéia, a proposta é que nessas regiões, não vou ler tudo, falando rapidamente, e essas são as que eles estão considerando como prioritárias só que nestas eles vão contemplar só duas, e para que possam fazer isso, a investigação preliminar e a investigatória para cada região o custo é de R\$ 270 mil, imagine depois para colocar a água em condições para ser utilizada. Os resultados, primeiro passam pelo Comitê de bacia e são referendados no CRH. E uma das fontes é um documento que a Malu enviou a todos e pensei que a Malu já estivesse presente, se não teria passado a palavra a ela, ela coloca como importante não só a competência da União, mas a do Estado para administrar e legislar sobre as águas subterrâneas. Existe um projeto, é informação também dela, de emenda constitucional que tramita no Senado visando alterar essa norma legal e restringindo a dominialidade das águas subterrâneas a União. O aquífero Guarany o CBH-SMT quando colocamos mapa, o primeiro mapa é o que ele representa, a vulnerabilidade das águas

subterrâneas e o aquífero Guarany que está dentro na UGRHI 10 no SMT é uma região que é indicada como vulnerável, não que existam restrições legais e é uma área que com certeza o plano de bacia está indicando que provavelmente poderemos ter estudos mais detalhados nessa área esse é um produto do plano de bacia que está sendo desenvolvido pelo IPT como tomador. Aqui a composição das percentagens do aquífero Guarany em cada subbacia. O COFEHIDRO é uma instância muito importantes dentro desse processo de criação dos Comitês de bacia e ele é um Conselho de orientação do fundo estadual de recursos hídricos e nós temos 12 Conselheiros, 4 representantes do Estado, 4 dos Município e 4 da Sociedade civil e ele indica os critérios de distribuição para todos os Comitês. Por favor, Prefeito.

Sr. Marco Antonio Vieira Campo – Prefeito de Iperó-Bom dia a todos, Nessa reunião após a reunião plenária foram eleitos os membros, estou sem os nomes aqui mas do nosso Comitê ficou Iperó com assento no Conselho que é onde passam as deliberações das verbas, me recordo que Sertãozinho também teve assento, e mais duas cidades que não me recordo e suplente de nosso assento ficou Taubaté, e foi uma reunião rápida de consenso porque tentou-se dividir o Estado em quatro partes, Ilha Comprida ficou com uma parte do Litoral, o 3º. Município, Iperó no Sudoeste, Sertãozinho pelo lado da Anhanguera e falta uma que ficou no 4º. assento. Na nossa bacia existia uma discussão se era Noroeste ou Sudoeste, a ponderação foi que tivesse assento um Município de pequeno porte também, visto o tamanho de Sertãozinho e a

representatividade do litoral e eles acataram a nossa argumentação e tivemos confirmado nosso assento. A cidade era Ipaussu.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Os recursos do FEHIDRO procedem de proventos hidroenergéticos do território, se destinam aos financiamentos de projetos enquadrados nos planos de bacia e no PERH, que de novo coloquei para que todos se lembrem de sua importância, PERH e plano de bacia. Aqui, em uma tabela ela aborda para cada Comitê qual recurso será distribuído, está disponível no site do sigrh. O SMT tem R\$ 2.546.000 para esse ano, porém como bem lembrou o Renato, R\$ 2.5000.000 só que R\$ 1.490.000 realmente são os recursos desse ano, a diferença vem de projetos cancelados e as vezes atrasos do tomador pegar o recurso ele fica disponível e o recurso fica aplicado. Vamos distribuir R\$ 2.500.000,00. Aqui o site onde estão todos os documentos do FEHIDRO [www.sigrh.sp.gov.br](http://www.sigrh.sp.gov.br) e ali tem um item FEHIDRO, quem passear com o mouse tem lá processo SINFEHIDRO, e lá tem o Manual de Procedimentos para 2005, e cada documento e cada anexo, é importante que nos anexos o tomador pode fazer a conferência de cada documento, e que são necessários que estejam no processo para pleitear esses recursos. O Manual ainda sofrerá modificações e a recomendação que a Secretaria do FEHIDRO faz é que os Municípios que seriam prejudicados pelo parágrafo único do artigo 26, em que os Municípios não poderiam contemplar recursos para resíduos sólidos, isso deve ser ignorado. Esse parágrafo não deverá ser levado em consideração. E eu perguntei quando o Manual

estaria disponível e ainda não tem a data definida, mas o Manual poderá ser utilizado com essa ressalva. Esse é o parágrafo único do art. 26 que será desconsiderado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Agradeço a presença da Deputada Federal Yara Bernardes pode compor a mesa e também dizer que a maioria dos Prefeitos estão presentes nessa reunião, e quero saudar o Prefeito de Sorocaba o Vitor Lippi representando todos os Prefeitos presentes. Agora passo ao segmento da Sociedade civil para seus informes.

Wendell- Queria agradecer fazendo as palavras do Prefeito, Presidente do Comitê, de todos e cumprimentar a todos que estão aqui para realizar esse trabalho. Temos agora um novo Presidente, Vice Presidente e uma nova Secretária Executiva e novos representantes da sociedade civil, mas eu queria dizer que o trabalho não parou e vai continuar. Gostaria de agradecer o fato de ter sido eleito no dia 12.03 pelos meus colegas lá em Sorocaba. Agradecer a votação que a sociedade civil teve em Cesário Lange no dia 18.03 e destacar que este ano tivemos 48 entidades cadastradas no nosso Comitê, um record, o máximo eram 33, há dois anos atrás, isso é muito importante. E quanto a nossa participação é importante dizer a todos, em especial aos componentes, que quando uma entidade se cadastra nesse Comitê ela está mandando uma mensagem a todos os outros para todos nós, que ela quer participar nesse Comitê e trabalhar para o sucesso desse Comitê. Isso quer dizer que as entidades titulares ou suplentes, precisamos acabar com esse negócio 'eu não vou

porque meu titular vai´ são 34 entidades cadastradas e gostaríamos da presença das 34 e sua participação efetiva na Câmara Técnica e GTs. Outra coisa é dizer para meus colegas que é muito importante eles trazerem as dificuldades e carências das populações que eles representam, afinal cada um dos srs. são líderes nas suas comunidades e suas cidades, é importante que traga para enriquecer nosso trabalho tudo o que acontece na sua cidade. E com relação a participação temos um segmento que precisa se organizar melhor, articular, se reunir mais vezes para discutir melhor os problemas. Existem os mais diversos interesses nesse Comitê, os interesses legítimos devem ser respeitados é preciso provocar e investir na união de todos. Precisamos cobrar de maneira eficiente e responsável os responsáveis pelos problemas dos sistemas e obrigatoriamente apresentar soluções, alternativas com coerência e competência. No item 3 aqui, na reunião da Sociedade civil em 19.04 tivemos a apresentação de 16 representantes que para uma primeira reunião é muito bom, e esperamos que aumentem o número de participantes, e quero dizer também que infelizmente representando o MT só a Fac. Direito de Itu esteve presente e foram tiradas várias propostas, algumas em andamento e algumas vão ser colocadas. Foi colocada uma proposta que já vem sendo efetivada no baixo Sorocaba no sentido de se fazer um levantamento ambiental das cidades, a idéia surgiu a partir do momento em que já estamos fazendo um levantamento ambiental no baixo Sorocaba porque vamos realizar o primeiro Fórum das Águas do Baixo Sorocaba. E a partir desses levantamentos, no alto de Sorocaba, no

Médio Tietê como um todo que podem provocar um Fórum de Itupararanga, do Médio Tietê e assim por diante. Naquela reunião de Sorocaba foi tirada que as reuniões não devem ser somente em Sorocaba podem ser itinerantes e que a gente possa percorrer o Comitê como um todo conhecendo melhor os problemas de cada cidade. As nossas reuniões terão sempre Ata e lista de presença, combinamos que faremos uma reunião por mês e que sempre uma delas será realizada 15 dias antes da reunião aqui. Também estamos estudando um limite de faltas sem justificativas para todos os integrantes, para que se a Entidade não participar seja substituída e estaremos também monitorando a participação das entidades nas Assembléias, Câmaras Técnicas e GTs, achamos que se a entidade entrou no Comitê e não participa efetivamente, deve dar lugar a outra mais interessada nos trabalhos. Quanto a mudança de estatuto há muitos anos ouvimos que ele precisa ser mudado e nós já estamos iniciando um processo de estudá-lo minuciosamente para poder apresentar propostas. Com relação ao RI, já há anos escutamos as mesmas coisas, que precisamos ter um RI e também agora iremos estudar os mais diversos tipos de RI, para apresentar a este Comitê uma proposta de RI. Também a proposta da Sociedade que a gente estabeleça para questões internas um RI para questões eleitorais para o segmento da Sociedade civil. Também uma proposta que já foi apresentada que é a criação do Grupo Interativo, uma sala de bate-papo da sociedade civil, ele já existe, são dois e esperamos que os 34 integrantes façam parte desse grupo interativo. A questão do FEHIDRO



temos a constatação que apenas 7% dos recursos do FEHIDRO nesses anos todos foram destinados à educação ambiental, e isso se deve principalmente ao fato de que pouquíssimos projetos de educação ambiental terem sido apresentados e aqui já conversamos sobre isso e aproveito para convoca-los para que apresentem mais projetos de educação ambiental, projetos esses que possam ter coerência e que sejam bem apresentados, bem escritos, com planilhas e cronogramas perfeitos e principalmente coerentes, atendendo as necessidades e prioridades para se fazer educação ambiental para poder ter chance de ser aprovado. E pedi para a Rosângela ver como vai se viabilizar isso, para que se faça uma reunião em Sorocaba ou em qualquer cidade do Comitê com a intenção de se trazer um agente técnico, um agente financeiro para nos ajudar, e essa reunião tem de ser urgente porque até 17.07 é último dia para se entregar projetos na Secretaria, para que se venha o Agente Técnico para ensinar a gente a fazer projetos, principalmente os novos que chegaram agora, para facilitar o preenchimento, o cronograma, planilha financeira, pessoas capacitadas que venham para nos ajudar a fazer os projetos. Quanto a critérios e diretrizes isso vai ser amplamente debatido aqui e também é uma proposta estaremos também dentro dos nossos trabalhos estudando propostas para mudanças de critérios diretrizes e planos de trabalho do FEHIDRO. Resultados das reuniões, solicitamos e já estamos sendo atendidos no sentido de que seja divulgado para todos os resultados tirados de reuniões e Câmaras Técnicas e GTs, e isso já começou a acontecer. Quanto ao plano de bacia,

tivemos uma reunião na UNESP na semana passada e tivemos um problema lá do questionário da sociedade civil que já está emperrado faz já três anos, então vamos acabar com isso, estamos aguardando o questionário proposto pelo IPT e vamos estudar e outros questionários que já foram feitos por ai, e dia 10.05 vamos à USP IPT conversar com o pessoal lá e lá definiremos como vai ser esse questionário da sociedade civil e ele então poderá ser distribuído e preenchido, porque nessa reunião tivemos uma data para acabar com essa história de plano de bacia, até 30/06 se encerrará o trabalho de coleta de dados, para termos definitivamente o plano de bacia esse ano ainda. E no 8º. item, o I Fórum das Águas, essa é uma idéia que surgiu em Cerquilha no ano passado quando houve aquela mortandade de peixes, problema de vazão, de excesso de esgoto, de matéria orgânica, e muito pouco oxigênio, e depois evoluímos nisso com nossos irmãos em Tatuí da Assoc. Alerta, e vamos realizar no dia 23 e 24 de junho na Assoc. Com. Tatuí o I Fórum das Águas do Baixo Sorocaba. O baixo Sorocaba entendemos como Iperó, Boituva, Tatuí, Cerquilha, Cesário Lange, Jumirim e Laranjal Paulista. Estaremos debatendo todo tipo de problema que ocorre na nossa região, convidamos o Secretário Mauro Arce para abertura, estamos esperando a resposta da Agenda dele, depois teremos essas palestras, apresentaremos os problemas e depois teremos uma série de palestras e debates, com as ONGs, SABESP, Secr. Agricultura, no dia 24 a Polícia Ambiental e o DPRN, SENAC sobre reciclagem do lixo e as ONGs falarão sobre Educação ambiental e a educação na sociedade civil e de tarde a palestra

do DAEE, da ESAU Piracicaba, CETESB e encerramento. A apresentação e coordenação das plenárias serão feitas pela Malu Ribeiro da SOS, contamos com o apoio de todo o Comitê principalmente dos sete Prefeitos e ao final da reunião gostaríamos de fazer os primeiros contatos com os Prefeitos e está todo mundo convidado e só falta a resposta do Secretário Mauro Arce. E no último item, no dia 14 e 15 de maio vamos realizar em Cerquillo com a parceria da Prefeitura Municipal e Icatu há 13, 14 anos já, o campeonato da Assoc. Pta. de canoagem, convidamos todos para passar o sábado e domingo com a gente lá, o Gabriel está até aqui e acho que participou desde a primeira, é o ECO esporte, o esporte que não tem motor e contamos com todos, vamos fazer várias atividades de educação ambiental com a população e com o próprio Comitê e nessa parceria temos feito vários eventos inclusive o aniversário de Cerquillo quando inauguramos a nova ETA de Cerquillo, a soltura de alevino também uma parceria feita há 10 anos e a canoagem que vem aí estão todos convidados. Eram esses os encaminhamentos, da sociedade civil, obrigado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – A palavra está aberta para mais alguém da sociedade civil. Ruth.

Ruth Rodrigues Ayres de Araújo- Associação Ecológica São Francisco de Assis- Bom dia. Sou de Piedade e convido a todos para uma festa dia 20 a 22 no aniversário da cidade em Piedade, festa Caqui-Poiu um produto importante da cidade e nesse momento estaremos tendo um stand onde levaremos educação ambiental e se Deus quiser vamos lançar nosso projeto de educação ambiental que tivemos o

recurso do FEHIDRO, e queria que todos participassem conosco. Obrigada.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Mais alguém da sociedade civil ? Convido também o Valdemir Antonio Rodrigues, representante da Unesp para falar sobre o seminário na Unesp.

Sr. Valdemir Antonio Rodrigues- Unesp- Bom dia a todos. Convido a todos para o Simpósio que vamos realizar de manejo de bacias hidrográficas enfocando a sustentabilidade da água nas micro bacias na Unesp Botucatu, na Fac. Ciências Agronômicas com parceria com Instituto Florestal e Cat Botucatu, de 18 a 20 de maio e convido a todos que ajudem na divulgação, temos bastante palestras e temos a participação de um palestrante de nível internacional da Costa Rica que falará sobre o manejo na Costa Rica e América Central. Está ai na tela, e dá para se inscrever via internet, on-line. Agradeço a oportunidade da divulgação.

Sr. Cícero-Bom dia a todos. Sou representante do GOTA- Grupo Organizado Trabalhando para o Ambiente de Salto de Pirapora, gostaria de compartilhar um informe para o GOTA bastante importante e estamos contente. Dentre as atividades que fizemos em Salto de Pirapora voltado a educação ambiental ele pleiteou a criação de um Parque Ambiental no Município, junto às margens do rio Pirapora onde tem a cachoeira do rio Pirapora e a gente fez incursões e trabalhamos com as Escolas e lançamos um abaixo assinado e esse projeto foi acatado pelo executivo e na sessão de quarta-feira dessa semana ele passou na Câmara, então Salto de Pirapora em 2006 vai completar cem anos de fundação, e colocamos que precisamos de 100

anos para que Salto de Pirapora tivesse um parque Ambiental e isso gostaríamos de compartilhar com todas pessoas, srs. Prefeitos e de toda sociedade civil na busca de uma melhoria de qualidade de vida para a região. Muito obrigado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Eduardo da Aruanda. Vamos ser bem breve.

Eduardo – Serei muito breve. A Aruanda o ano passado fez um levantamento nos Municípios do SMT e depois de várias deliberações e várias discussões com alguns técnicos dentro de nossa organização decidimos a partir de julho criar uma rede de informações com os Municípios para colocar os produtos lá fabricados no mercado exterior. A Aruanda já tem cadastrado vários países com toda listagem que esses países desejam importando. Os srs. Prefeitos receberão até junho esse convite para cadastrar suas empresas dos Municípios para divulgarmos isso e tentarmos melhorar o desenvolvimento econômico Municipal na bacia SMT. A outra questão também é que a Aruanda tem lá do passado trabalhado para formar uma equipe técnica de primeira linha para o desenvolvimento Municipal sustentável, e a equipe já formulou um projeto para poder ser apresentado ao FEHIDRO, primeiro obviamente ao Comitê para levarmos aos Municípios capacitação técnica para os integrantes e membros dos Municípios. Essa capacitação técnica é em recursos hídricos e saneamento, gerenciamento e controle de projetos e também esse projeto compreende a promoção da saúde e sustentabilidade sócio ambiental. Todos os Prefeitos já receberam esse escopo do projeto e algumas Prefeituras já se manifestaram e já tem

contato conosco para poder realizar esse projeto conosco a partir do próximo ano. Esse é um informativo que estamos dando, Obrigado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Vamos passar agora para os planos de trabalhos das Câmaras Técnicas, convido agora Sr. Kenji Yosida para as apresentações do plano de trabalho e informes.

Sr. Kenji Yosida- Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento – Bom dia a todos presentes, autoridades. Vou ser bem sucinto para a proposta do plano de trabalho da Câmara Técnica de Saneamento Câmara Técnica-SAN. No primeiro ponto localizando um banco de dados em um mapa na escala de 1 : 50 000 com GPS de pontos importantes como pontos de captação de água, lançamento de esgoto, onde estão localizadas as ETES, locais de aterro, de lixões, e locais de cooperativas para podermos trabalhar de forma mais moderna e com eficiência. Um exemplo, pretendemos utilizar esses dados e coloca-los através de um mapa via satélite também todos esses dados, no futuro, e em um segundo momento pretendemos continuar fazendo visitas técnicas programadas nos Municípios, para levantar os dados atuais e confrontar com os do IBGE e ver a questão do saneamento, qual população atendida por água, esgoto e assim vamos colher também em visitas os bairros que não são atendidos. Um exemplo foi de uma visita técnica que fizemos em Ibiúna, onde além de georeferenciar esses locais em contato com o pessoal do Município solicitamos os mapas que eles tinham e também em uma conversa com o pessoal da VS detectamos também como já comentei na Câmara de escolas rurais que

tinham problemas de contaminação de coliformes e a ação da CT-SAN foi de incentivar uma parceria da Prefeitura Ibiúna com a SABESP para uma ação talvez simples com o cloro e tomando outras ações para melhoria da qualidade da água. Também detectamos que havia falta de troca de informações entre a SABESP e VS que é o terceiro foco, estamos propondo um Seminário que aborde Saneamento e Saúde, no dia 12/05 na UNISO onde será apresentado pela Secr. Saúde a questão da resolução estadual 6505 que acabou de ser promulgada que revogou a antiga SS 04 que diz sobre o controle de vigilância da qualidade da água para consumo humano. É uma reunião importante onde teremos como público alvo os 45 Municípios que tem a SS na nossa região, mais os serviços concessionários que tem como os SAAEs, SABESP para que os Gerentes também venham comparecer e teremos também um outro tema da apresentação da Portaria do Ministério da Saúde que fala dos procedimentos e controle de vigilância da qualidade da água e teremos também a apresentação de um índice que está sendo retomado, o ISA, Indicador de Salubridade Ambiental, que vai ser utilizado no Estado de São Paulo todo e será feito um relatório sobre a salubridade ambiental, são vários indicadores como o IQR, IQA, é uma soma de indicadores quanto cada Município tem em relação a esgoto sanitário, controle de vetores, o risco de recursos hídricos e para isso estaremos também fazendo uma contraposição a posição do representante da Sema, serão na verdade três apresentações e depois aberto para perguntas e desde já convidamos os srs. interessados e principalmente os membros da Câmara Técnica de

Saneamento. Como 4º. item nós queremos propor e estimular a coleta seletiva pelas Prefeituras e desenvolvimento de ações para organizar e preparar catadores para atuarem em cooperativas de reciclagem e esperamos manter parcerias com entidades que incentivam coletas seletivas como o Ceadec, Centre e outros órgãos no sentido de tentar retirar o pessoal que muitas vezes está nos lixões, que vemos isso nas vistorias e nosso desejo é de retirá-los para que eles se organizem em cooperativas. E também na cidade onde já foi implantada a coleta seletiva tomar ações no sentido de realizar capacitação para esses agentes ambientais que são os catadores de lixo reciclável.

5º. propomos o Estudo de viabilidade de implantação de monitoramento hidrológico automático via telemetria no rio Sorocaba onde poderíamos ter dados como O.D oxigênio dissolvido, pH, temperatura, turbidez, condutividade poderíamos estudar as vazões, nível de água e pluviometria e isso já é feito na Universidade de São Paulo a CETESB tem algumas dessas estações e seria uma forma a gente tentar trazer para o rio Sorocaba esse tipo de monitoramento automático via telemetria. A outra proposta de trabalho, a 6ª. é que pegamos um caso como modelo, o Município de Ibiúna onde vocês vêem que são bairros afastados que muitas vezes ficam muito longes da ETE convencional, em bairros com 500 a 1000 pessoas, onde no primeiro momento estamos tirando fotos do local, como está agora, com esgoto correndo a céu aberto e estamos acompanhando em parceria com a CETESB com licenciamento, SABESP propondo esse sistema de nova tecnologia para atender os bairros afastados e



tiramos fotos dos locais onde serão implantados e pretendemos acompanhar toda essa implementação para que isso seja um modelo para os outros Municípios também, porque essa parceria tem verbas do Governo Federal e poderia ser implantada em outros Municípios também. O item 7 é, a gente precisaria discutir na nossa região os problemas das embalagens de agrotóxicos e locais de disposição adequada dos mesmos e devemos acompanhar as reuniões do Conselho Gestor da APA de Itupararanga, acompanhar também a evolução dos trabalhos do cadastro de irrigantes e participar das discussões desse índice que já citei no Conselho Estadual de Saneamento e por fim participar das reuniões periódicas das demais Câmaras Técnicas principalmente a de Planejamento e demais Câmaras quando o assunto for relacionado com a CT-SAN. Estamos contando com a participação de todos os membros da Câmara porque a gente vê que são profissionais multidisciplinares e acreditamos que um trabalho conjunto propiciará uma melhoria para a qualidade do ambiente. Obrigado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Agradecemos a apresentação. Quero convidar agora a Cida que substitui hoje a Jussara Lima para apresentação do plano de trabalho e informes da Unidade de Gerenciamento de Projetos.

Sra. Antônia Aparecida Spina- Espero corresponder a tarefa que me foi delegada, substituir a Jussara não é fácil. Fazemos parte da UGP do plano de bacias e tivemos uma reunião em 19/04 onde o IPT esteve apresentando os trabalhos que vem realizando e que estão de certa forma nessas cartas

georeferenciadas que estão aí, tivemos uma ação de estar solicitando a eles maior agilidade em seu trabalho para que possamos discutir esse plano o mais breve possível e nos deu a entender que até o final do ano isso acontecerá. A UGP do plano tem como tarefa acompanhar e coordenar os trabalhos, e estamos nos propondo a orientar as Prefeituras que ainda não adequaram seu plano diretor principalmente de uso e ocupação do solo de acordo com o Estatuto das Cidades cujo prazo finda o ano que vem, para que adequem seus planos oferecendo materiais e fazendo palestras. Temos mapas para oferecer, temos dados no Comitê que podem ajudar as Prefeituras, a Jussara foi eleita por unanimidade para ser nossa Coordenadora e hoje não podendo estar aqui pediu que a representasse. Obrigada.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Convido a Rosângela do GT Itupararanga.

Rosângela- GT Itupararanga – Esse GT tem a coordenação do Renato Alves e fizemos uma reunião na Prona e como ele participa da Câmara Técnica de Planejamento não pôde participar, eu vou falar então desse GT do que foi decidido nesse dia. Esse GT resolveu, tínhamos dois subgrupos o GT de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos e o GT de Comunicação e nessa reunião o GT decidiu pela extinção dos dois grupos e só ficou o GT Itupararanga. No GT Comunicação ele existiu por causa do plano de comunicação que foi realizado para os Municípios do entorno da bacia de Itupararanga e uma vez que o plano já terminou e temos só como continuidade um projeto para educação ambiental dos professores o grupo não

viu mais a necessidade da existência dos dois grupos. A proposta desse grupo é dar continuidade e acompanhar os projetos, cadastro de irrigantes, monitoramento de compostos orgânicos, modelagem hidrológica e hidrodinâmica, monitoramento liminológico, centro de referência que a CBA colocou à disposição em Votorantim e a proposta é que haverá uma visita pela Viviane de Itupararanga e finalmente a continuidade desse projeto de educação ambiental foi marcada uma reunião para 19.05 onde será convidada a CBA para ela expor como será realizada a continuidade desse programa de educação ambiental. Nesse dia também definiremos a pauta junto com o Renato para que possa enviar para todo o grupo. Obrigada.

Sr. Élbio Trevisan Presidente— Convido o Renato para fazer a apresentação do plano de trabalho e proposta da Câmara Técnica de Recursos Hídricos.

Sr. Renato Alves – Representante da Câmara Técnica de Recursos Hídricos- Bom dia a todos, fui nomeado porta voz do Sílvio da Unesp de Botucatu, o Coordenador da Câmara Técnica Planejamento. A Câmara Técnica em sua última reunião definiu, e esse material já foi entregue a todos por e-mail, de modo que serei bem breve.

´O CBH-SMT no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 11 da deliberação do Comitê 04/95 que determina que as Câmaras Técnicas deverão elaborar anualmente um plano de trabalho mínimo compatível com o plano de bacia e cronograma de trabalho do Comitê. Considerando a aprovação pelo plenário do plano de trabalho para 2005 da Câmara Técnica, delibera:

1º. Fica referendado o plano de trabalho para 2005 da Câmara Técnica Planejamento assim apresentado:

1º. Elaborar pareceres e relatórios técnicos sobre os assuntos pertinentes à bacia hidrográfica subsidiando as deliberações do Comitê.

2º. Acompanhar a elaboração do plano de bacia para a UGRHI 10, conforme orientação do CORHI.

3º. Realizar seminários, encontros técnicos que subsidiem as ações do Comitê.

4º. Estabelecer e aplicar critérios de seleção para distribuição dos recursos do FEHIDRO na área de atuação do Comitê.

5º. Planejar a elaboração de um bando de dados de forma a subsidiar os pareceres e relatórios técnicos que sejam solicitados bem como ações do Comitê em conjunto com as demais Câmaras Técnicas.

6º. Estudar parâmetros e critérios para acompanhamento e avaliações de projetos contemplados com recursos do FEHIDRO.

7º. Desenvolver atividades relativas à implantação e regulamentação de UC na UGRHI 10.

8º. Propor e implementar Regimento Interno para o Comitê.

9º. Revisar o estatuto e as deliberações informativas do Comitê.

10º. Fazer articulações entre as Câmaras Técnicas.

11º. Avaliar e propor ações que visem a consolidação da Agência da Bacia. “

Esses são os itens propostos para serem aprovados nessa reunião.

Bem, então a proposta da Câmara Técnica é que haja a criação de um grupo para estudo do Regimento Interno que eu já tinha dito que é uma das metas do grupo, mas a intenção é que se forme um grupo específico só para essa questão. A Câmara está propondo também que 4 faltas consecutivas ou 2 justificadas implique na substituição do membro. E adotando um procedimento que já faz parte dos procedimentos do Comitê, conforme deliberação 130 provavelmente, que é o envio de documentos da Câmara Técnica para o colegiado e convidado, ou seja, tudo que vai ser deliberado a Câmara Técnica envia antecipadamente a todos os membros para que quando cheguem aqui não peguem todos de surpresa, estava aprovada essa deliberação só que não estava sendo colocada em prática e a intenção é que a partir de agora seja.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Aberto então para discussão.

Cida- Peço um esclarecimento sobre o 2o. item das faltas que não me ficou claro, não seria e duas ? Seria Injustificada ? Ok.

Rosângela-A proposta que entendi foi feita pelo Silvio no dia da reunião da Câmara Técnica de Planejamento, 4 faltas consecutivas ou depois de 2 faltas justificadas a entidade seria excluída desse grupo, ele não vai poder realizar a terceira justificativa. Porque as vezes as pessoas faltam e não justificam, não fica justificando, tem limite.

Malu- Uma das questões com relação a essa é que existe a titulariedade e a suplência. O titular faltando e o suplente estando exercendo o cargo está considerado que a representação está ocupada e tem quorum na Câmara Técnica. Com essas 4 faltas consecutivas e com 2 justificativas, ela deve ser aplicado quando não esta havendo intercâmbio entre titular e suplente, precisa ficar claro isso, se não, não se justifica ter suplente. Com relação a apresentação feita pelos representantes de todas as Câmaras Técnicas, em primeiro lugar parabenizar o esforço e apresentação dos trabalhos e pedimos complementações no trabalho da Câmara Técnica de Saneamento quando os colegas colocam que vão georeferenciar e plotar as captações de água, emissão de efluentes, acho que a Câmara tenha que recomendar que o plano de bacia, imagino que tenha isso, mas até agora não estamos conseguindo ver os resultados do plano de bacia e é evidente que esse trabalho da Câmara Técnica é fundamental para o plano e que a gente inclua o mesmo tipo de trabalho que está sendo feito para as Ucs da bacia no caso de Itupararanga, para a APA Botucatu e para Cabreúva-Jundiaí, na última reunião do CRH do qual sou representante das entidades ambientalistas, e que votou a deliberação de restrição para captação de águas subterrâneas, a nossa bacia tem duas áreas apontadas entre as seis áreas apontadas para restrição de controle e por contaminação de aquífero, uma delas no eixo Jundiaí-Campinas da região do aquífero Cristalino que está na APA Cabreuva-Jundiaí, e pedia inclusão do Município de Itu com a subbacia do Monjolinho por conta de

contaminação nuclear e radioativa em seis poços daquele aquífero e também em Botucatu na região da zona de recarga do aquífero Guarany. Entendo a importância da APA de Itupararanga e esse Comitê tem se debruçado na APA mas esse Comitê tem outras Ucs e águas subterrâneas já com problemas, e também foi apontado lá a situação do Município de Tietê que depende única e exclusivamente de captação de águas subterrâneas com risco de exploração do aquífero e outras cidades da nossa região que estão planejando distritos industriais com usos e captações de águas subterrâneas, houve uma manifestação contrária da FIESP com relação a obrigação da portaria da saúde vinculando que as águas subterrâneas tem que ter potabilidade, o representante dos Municípios que é o Prefeito de Iperó tinha manifestado insegurança nessa votação, justamente pela intenção de vários Municípios usarem águas subterrâneas para usos não nobres. Acho que a CT-SAN tem que priorizar o acompanhamento da definição pelo CRH e dos Comitês dessa zona de restrição de captação das águas subterrâneas que é extremamente importante para nossa região e a manutenção e a regulamentação das APAs Cabreúva-Jundiá que já tem Conselho Gestor há mais tempo que Itupararanga e da APA de Botucatu na zona de recarga são extremamente importante, estamos parecendo que somos um Comitê só do rio Sorocaba. Com relação as Unidades de Monitoramento de qualidade das águas da CETESB, foi divulgada recentemente um relatório de qualidade de água por todas as UGRHI e a gente está disponibilizando no rededasaguas

todas as informações de qualidade ambiental das bacias, então da nossa bacia disponibilizamos esse trabalho da CETESB e acho que é extremamente importante que a CT-SAN traga isso à luz do plano de bacia. Com relação ao trabalho da UGP estamos acompanhando junto ao Agente Técnico e sabemos da dificuldade do IPT cumprir o plano de trabalho contratado e esse plano de bacia já deveria estar pronto e infelizmente não está mas acho extremamente importante que a UGP coloque em prática as agendas de discussão pública do plano de bacia, há dois meses recebi da Rosângela César, um mês e meio, um CD-Room do IGP para disponibilizar para consulta pública e esse é um compromisso da SOS Mata Atlântica com o FEHIDRO e todo esse material foi entregue em PDF, sem condições de transformar essas cartas em cartas que possam ser manejadas e disponibilizadas por todos os Municípios e integrantes do Comitê então reitero esse pedido ao colegiado e a Câmara Técnica. Ao UGP, de que todo material produzido pelo IPT, conforme contrato FEHIDRO seja disponibilizado para o rededasaguas que é um sistema de informação desse Comitê e do sistema estadual de recursos hídricos para as consultas públicas, não estamos conseguindo concluir o nosso recurso como FEHIDRO porque os dois projetos são atrelados e não tenho conteúdo do plano de bacia para disponibilizar, uma alternativa dada em reunião com os agentes técnicos foi, vamos disponibilizar o relatório zero, ele já é extremamente defasado e não representa mais a realidade do Comitê e percebemos na leitura do documento do IPT que



ele é mera reformatação do relatório zero, ele não trás muitos elementos novos, são as mesmas cartas, os mesmos conteúdos, e alguns erros de relatórios até de apresentação da história do desenvolvimento da nossa bacia. Temos uma grande história aqui do Médio Tietê como porta das Bandeiras, da Monções, e isso aparece infinitamente menor do que foi e dada a história para outras regiões do Estado, então está inadequado. Acho importante que disponibilize tudo inclusive as dificuldades que está tendo em acompanhar o termo de referência contatado. Com relação a Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, parabenizo a Câmara Técnica, coloco a rededasaguas à disposição no que for necessário para fortalecimento principalmente da Agência da Bacia com intercâmbio entre as outras Agências constituídas, a Agência da Bacia Federal e a do Alto Tietê. Estamos reunindo toda essa documentação, temos um sistema de documentação e também coloco à disposição o envio de boletins dos trabalhos de todas as Câmaras Técnicas, pela rededasaguas, basta que o coordenador ou relator da Câmara Técnica envie por e-mail para o rededasaguas e a gente disponibiliza para todos inclusive com páginas para cada uma das Câmaras Técnicas. E aproveito para pedir a Secretaria Executiva a atualização do sistema sigrh, porque continuamos com a composição do colegiado anterior, com a composição até de Prefeitos que já faleceram, como membros desse colegiado, e nenhuma atualização daquele sistema de informação e isso é recurso público, dinheiro do FEHIDRO. E para complementar talvez o plano de trabalho das

Câmaras Técnicas, nesse acompanhamento dos pleitos e dos projetos do FEHIDRO que a gente possa disponibilizar no rededasaguas os projetos em andamento, a gente disponibiliza um espaço gratuito para todos os que tem projetos para que apresentem seus cronogramas e resultados dos trabalhos já concluídos com dinheiro do FEHIDRO.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Obrigado. Peço que a Solange também fale sobre a apresentação sobre a educação ambiental.

Solange- SJEL- Boa tarde. Antes queria fazer uma proposta, enquanto as Câmaras Técnicas não tiverem seu próprio regimento interno, quanto a esse problema de número de faltas a gente usasse como critério o que foi aprovado pelo CRH, como as normas gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas, ele estabelece que os representantes que faltarem a 3 reuniões consecutivas ou 5 alternadas no período de dois anos serão excluídos, a partir do momento que as Câmaras Técnicas tenha seu RI tudo bem, aprovado em plenária, mas enquanto não houver o RI que se siga essas normas gerais do CRH.

Na nossa Câmara Técnica e a composição está afixada ali, foi feita a reunião no dia 25 passado onde estabelecemos que as terceiras terças-feiras seriam todo nosso calendário, deixando o mês de dezembro disponível para apoteose do nosso vice Presidente que é o responsável pela confraternização do nosso Comitê. As únicas mudanças, e estão todos convidados para nossas reuniões e vamos disponibilizar isso por e-mail e à Secretaria Executiva, será no mês de maio com o feriado e em outubro onde o Prefeito de Botucatu

estará recebendo todos nos jogos abertos do interior e também em novembro dia 15 no feriado que passou para outra terça-feira. Fizemos o plano de trabalho em cima de alguns objetivos, Nosso objetivo primordial é o aprimoramento e conhecimento da prática de educação ambiental, o segundo objetivo a integração inter Câmaras. Venho agradecer a Malu que colocou a disposição o rededasaguas e a proposta que o Renato colocou que o pessoal de Saneamento colocou quanto a conferência e seminários que possam ser vinculado e a Câmara Técnica de Educação Ambiental nosso principal objetivo é favorecer e incentivar esse tipo de ação, então esse intercâmbio entre as Câmaras Técnicas e também entre os outros Comitês de bacia, seria essa interação e informação, seguindo a própria sugestão do Renato e Wendell de colocar uma rede interativa para comunicação, pode ter certeza que apoiaremos a rede e iremos entrar nela. A parte de ajudar a Câmara Técnica Planejamento nos critérios de pontuação e sempre contemplar a educação ambiental dentre os projetos que venham a pleitear as verbas do FEHIDRO. A gente há vários anos estamos batendo na tecla que a educação ambiental precisa ser valorizada e incentivada dentre os projetos que venham a pleitear as verbas do FEHIDRO. As parcerias, como aconteceu no ano passado com esse protocolo de intenções entre CBA e o Comitê, a própria UNISO e Unesp, e junto com as Secr. do Estado e o Poder Público que já tem trabalho desenvolvido como a Secr. Agricultura que tem a Micro bacia, a Secr. da Educação que também tem, seria então de articular essas parcerias.

Produzir e difundir material educativo, porque uma das nossas intenções a partir dessa gestão, dentro de um diagnóstico que vamos fazer é fazer a divulgação maior e o aparecimento do Comitê de bacia junto a população e principalmente junto aos meios de comunicação em massa que por vezes vimos em jornais e mesmo na Tv informações não muito fidedignas ou reais do que está acontecendo, e uma das nossas funções na Câmara Técnica é junto com essa matéria informar e dar esse suporte para os meios de comunicação de massa. Apoiar e incentivar as ações nos Conselhos das APAS existentes no Comitê, Itupararanga, Cabreúva, Botucatu, são as várias APAS que precisam desse apoio e precisamos desse intercâmbio que ainda não existe e as outras gestões passadas da Câmara Técnica educação ambiental não tiveram nenhum trabalho nessa área e achamos que as APAs estão melhor organizadas com seus vários Conselhos atuando e vamos tentar apoiar-las nessas ações. Trabalhar junto com o Centro de Referência e Educação Ambiental a ser implantado, parece que será inaugurado em junho, a CBA ali em Itupararanga e aproveitando agora o convite da Malu para trabalharmos junto com a rededasaguas como meio de informação. Esses seriam os instrumentos que usaríamos para conseguir isso. Seria o plano de bacia, que estaríamos juntos frequentando as reuniões tentando ver como um dos capítulos importantes do plano de bacia abrangendo a educação ambiental, seria as visitas às entidades, o sistema de comunicação permanente que é tentar incentivar para que esse convênio que tivemos na gestão passada junto com o CERISO

com uma empresa de comunicação para o nosso jornal e o jornal virtual que continue essa parceria que foi muito importante e está dando muito resultado, principalmente na nossa Câmara Técnica, os critérios de pontuação junto à Câmara Técnica Planejamento, para os projetos de verba FEHIDRO e principalmente o acompanhamento no que for preciso desses projetos que contemplem a educação ambiental, participação em eventos e um diagnóstico que muitos de vocês, os Prefeitos já receberem, de todos os eventos que acontecem na nossa região, nos 34 Municípios da nossa bacia, eventos religiosos, folclóricos, artísticos, aniversários da cidade, onde possamos ter a chance de colocar um stand ou distribuir *folders* ou até por cartazes do Comitê para informar e divulgar o que é o Comitê de bacia para a população de toda a região e normalmente essas festas são muito frequentadas, festa de peão que tem muito na região, a gente sabe, e materiais executivos também que acontecem. Uma outra coisa, talvez a Rosângela não comentou, nessa reunião do CRH que foi dita, foi aprovado e muito bem, que já muito tempo estávamos brigando e instituiu-se a Câmara Técnica de Educação Ambiental no CRH, e não existia e foi uma briga de vários Comitês de bacia do Alto Paranapanema, Presidente Prudente, Sorocaba e conseguimos sua aprovação e a partir de 120 dias mais ou menos vai estar instalada a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Formação e Comunicação do CRH também. Boa sorte a quem estiver presente e a todos.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Obrigado.  
Mais alguém ? Em discussão. Então em votação

as propostas. Primeiro quem vai formar o grupo do Regimento Interno ?

Malu- Ou a Câmara entre seus membros indica um grupo para isso e o grupo se tiver necessidade convida por exemplo os advogados que fazem parte do colegiado e que não estão na Câmara, ou as que podem contribuir ou o plenário indica além dos membros da Câmara. Minha proposta é que sejam os membros da própria Câmara Técnica e que estes se precisarem de apoio convidem para fazer parte do grupo.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás.  
**Aprovado** a proposta.

Eduardo- Também quero propor que essa discussão seja aberta, ou seja, que todas propostas a partir do início das discussões internas da Câmara Técnica sobre esse RI e esse novo estatuto, porque é uma questão fundamental, não se pode fazer um RI e depois mudar o estatuto, o estatuto tem que ser primeiro e tem que ser reavaliado, um novo estatuto e a partir dele um RI, porque RI tem que obedecer um estatuto, poderá agregar e acrescentar mas não pode ser contraditório ao estatuto. E se coloca faz tempo de renovação desse estatuto, necessita colocar primeiro o estatuto e depois o RI. E a outra questão que a Câmara Técnica que vier produzir as informações, modificações, seja socializado a todos os membros e que os segmentos também encaminhem suas propostas para a Câmara Técnica, ela terá que divulgar e sociabilizar permanentemente e abrir a todos os segmentos,

associações, Municípios, a todos a possibilidade de encaminhamento de propostas.

Solange- Pela própria norma geral das Câmaras Técnicas toda Câmara Técnica vai ter que realizar seu RI, isso é norma, por isso houve a minha proposta de que enquanto não houver o RI de cada uma que é norma geral que tem que ser feita e já devia estar sendo feito que se fizer a norma geral do CRH, na formação das Câmaras Técnicas, até que cada Câmara faça o seu RI, pois todas terão de fazer e todas as Câmara terão de disponibilizar esse RI para ser aprovado por seus membros para o plenário para ser aprovado, então enquanto não houver esse grupo interno de cada Câmara Técnica estar fazendo seu RI que se siga as normas gerais.

Participante-Minha proposta não é só para as Câmaras Técnicas e estatuto e regimento do Comitê.

Rosângela- No início da reunião o Renato da Câmara Técnica de Planejamento colocou que um dos propósitos prioridades da Câmara Técnica Planejamento é a discussão do estatuto, portanto isso, talvez possa ser feito em paralelo, ou não ? Isso já foi previsto, o estatuto já está previsto e agora estamos propondo e concordo com a Malu que o grupo pode sair da Câmara Técnica de Planejamento, se todos concordarem.

Participante-Concordo com a proposta da Malu, e é uma proposta que vai ser colocada em discussão que a Câmara Técnica Planejamento vai encaminhar a todos os participantes do Comitê, claro que isso o grupo que vai ser organizado vai fazer uma proposta, não estamos falando em deliberação pela Câmara Técnica sobre estatuto, porque não

pode e que a Comissão vai fazer uma proposta de novo estatuto e de RI do Comitê.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Então o grupo sai da Câmara Técnica de Planejamento e coloco a proposta da Malu em votação, os que concordam permaneçam sentado e os que discordam levantem seus crachás. **Aprovado.**

Rosângela-Foram feitas duas propostas com relação à exclusão da entidade, uma é da CT-PLAGRHIPLAG e a outra pela Solange, o que permanece então ?

Tanto é que vale no colegiado, suplente e titular.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Coloco em votação a segunda proposta os que concordam permaneçam sentado e os que discordam levantem seus crachás. **Aprovado.**

Proposta de envio de documentos, vou passar para a Rosângela.

Rosângela-Processo de envio de documentos, a proposta é para que se coloque na norma de procedimento das Câmaras Técnicas, os documentos elaborados pelas Câmaras Técnicas somente serão disponibilizadas depois que o coordenador enviar para a Secretaria Executiva, e quando o Coordenador da Câmara Técnica enviar à Secretaria ela enviará os documentos ao colegiado e aos convidados.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. **Aprovado.**

Agora vamos as deliberações.



Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT –

As deliberações foram propostas na reunião passada e se referem ao corpo diretivo do CBH-SMT, ao colegiado, todos podem conferir, os membros da Sociedade Civil, Estado e Municípios, composição das Câmaras Técnicas que também todos podem conferir, indicação para o Fórum Paulista do Comitê de Bacias Hidrográficas, foram indicados o Prefeito Cláudio Maffei, Wendell da sociedade civil Jussara Lima de Carvalho pelo Estado, composição do Conselho Estadual de Saneamento, Prefeito de Itu Herculano Castilho e como suplente Prefeito Carlos Aymar, representante junto ao CRH Prefeito de Iperó, Marco Antonio Vieira Campos e Prefeito de Botucatu Antônio Mário de Paula Ielo como suplente.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação, os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás.

**Aprovado.**

Convido agora o Renato para apresentar as deliberações do FEHIDRO.

Renato- Sei que estão todos cansados, mas vamos lá, essa é a parte mais importante de todas as deliberações que temos que fazer, porque envolve dinheiro. Mais uma vez representando o coordenador da Câmara, o Silvio, já está em formato de deliberação.

“ Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO destinados a área do Comitê para 2005.”

Já foi apresentado que temos recursos para distribuir na ordem de R\$ 2,5 milhões, basicamente a R\$ 1,5 milhão relativo aos recursos recebidos pelo Comitê nesse ano, e restante decorrentes dos projetos do passado que não tiveram a evolução adequada. Nessa deliberação qual foi o critério usado, para deixar claro, as notas e tal, vocês ouviram um monte de gente reclamando que não temos plano de bacia, no qual possamos identificar quais são as nossas prioridades, o que ele recomenda que façamos, diante disso todo ano somos obrigados a definir diretrizes e pontuações, como vamos distribuir esses recursos, para não termos a orientação do plano de bacia e na última reunião da UGP foi dado o ultimato ao IPT que está executando o plano por que esgote a questão da pesquisa de ajuste de informações e parta diretamente para os finalmente, porque há anos estamos esperando pelo plano e há a expectativa que no próximo ano não venhamos discutir muitos desses critérios, eles serão enfocados de forma diferenciada porque teremos um plano para embasar nossas ações, e diante disso esses anos e baseia naquilo que vem sem feito a 7,8,9 anos atrás e para não ser diferente, pegamos a deliberação que definiu todos esses critérios para 2003, a deliberação de 2004 e a que definiu critérios e teria sido aprovada na reunião de Boituva, mas que tivemos uma série de problemas e nada foi aprovado e de pose do texto dessas três deliberações, nós da Câmara Técnica definimos que enquanto não se tem o plano essa seria a mais adequada de todas, é uma junção de três anos então.

“ O CBH-SMT considerando que a deliberação SMT 06/95 de 03.10.95 “ para o texto da deliberação ela está disponível no site do sigrh

“ estabelece as diretrizes para gerenciamento dos recursos hídricos na bacia;

Considerando ainda que o plano de bacia ainda não se encontra pronto;

Considerando as conclusões do relatório de situação dos recursos hídricos da UGRHI 10 de 95 e 96;

Considerando os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), no sentido de definir critérios específicos para a alocação dos recursos financeiros do FEHIDRO, destinados à UGRHI 10 - Tietê/ Sorocaba, para 2005;

**DELIBERA:**

Artigo 1º - Ficam aprovadas as seguintes diretrizes gerais para a definição de prioridades de investimento com recursos do FEHIDRO:

I - promover a recuperação sanitária dos cursos d'água, através do tratamento dos esgotos urbanos, garantindo a melhoria da qualidade da água;

II - promover a adequada destinação dos resíduos sólidos urbanos;

III - promover a preservação e recuperação das áreas de mananciais de abastecimento com vistas à proteção dos mananciais atuais e futuros, recomendando-se, inclusive, o disciplinamento do uso e ocupação do solo;

IV - promover programas de recuperação de áreas críticas de erosão;

V - desenvolver estudos para a caracterização da situação atual e perspectivas futuras das bacias do Rio Sorocaba e Médio Tietê, subsidiando os Planos Diretores Municipais;

VI - privilegiar a elaboração e/ou atualização de planos diretores regionais, visando a proteção, preservação e/ou recuperação dos recursos hídricos;

VII - promover programas de educação ambiental;

VIII - destinar, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros, a projetos que objetivem o planejamento e a gestão da Bacia.

Parágrafo único do Inciso VIII: Caso estes projetos não sejam apresentados e aprovados pela CT-PLAGHRI, esses recursos serão destinados total ou parcialmente para aproveitamento em outros pleitos.”

Gostaria de lembrar que tudo o que foi lido são diretrizes não são hierarquização, não está com as devidas prioridades.

“Artigo 2º - Poderão ser liberados para recebimento dos recursos financeiros a fundo perdido, os projetos, serviços e obras, que atendam estritamente o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH\_SMT. “

Por que na data ? Porque já disse a Rosângela a versão atual ainda está para ser mudada.

“Artigo 3º - Para hierarquização dos investimentos relativos ao Programa de Duração Continuada nº 3 (PDC nº 3) do PERH, no que se refere ao desenvolvimento de projetos, e à implantação de obras de sistema de tratamento de esgotos, previstos no inciso I do artigo 1º desta deliberação, serão considerados prioritariamente: “

E vocês tem no material de vocês uma lista de todos os PDC's do PERH.

I - o desenvolvimento de projetos para tratamento de efluentes de origem doméstica, e sistemas de afastamento a este vinculados;

II - municípios à montante e que preservem mananciais de abastecimento de água;

III - sistemas em fase de implantação, cujos recursos do FEHIDRO somados às contrapartidas oferecidas possibilitem a conclusão e início de operação dos sistemas de tratamento;

IV - maior população beneficiada e carga orgânica;

V - menor investimento "per capita".

Artigo 4º - Para a distribuição dos investimentos relativos à destinação de resíduos sólidos urbanos previstos no inciso II do artigo 1º, serão considerados:

I - o desenvolvimento de projetos executivos de sistemas de destinação;

II - implantação de obras;

III - municípios situados em bacias de drenagens de mananciais de abastecimento;

IV - população beneficiada.

Artigo 5º - Para a distribuição dos investimentos relativos aos estudos e projetos previstos nos incisos III e IV do artigo 1º, serão consideradas as seguintes informações:

I - Relativo a Estudos e Projetos para Preservação, Conservação e Recuperação dos Mananciais de Abastecimento Público:

1. condições físicas, químicas e biológicas dos mananciais;
2. população abastecida pelo manancial;
3. situação quanto à mata ciliar;
4. intervenções que resultem no incremento potencial da disponibilidade;
5. uso do solo na bacia de drenagem;
6. situação quanto ao assoreamento do manancial;
7. ocorrência de situações de emergência, comprometendo a saúde da população;

II - Relativo a Estudos e Projetos de Contenção e Prevenção de Erosão:

1. serão avaliados e considerados os estudos já elaborados em cada município.

Artigo 6º - Para a distribuição dos investimentos relativos a programas de educação ambiental,

serão considerados os vínculos de tais programas com as prioridades já estabelecidas.

Artigo 7º - As exigências para seleção de propostas para utilização de recursos do FEHIDRO pelo CBH-SMT, bem como o recebimento dos recursos financeiros a fundo perdido, dos projetos, serviços e obras, serão aquelas estabelecidas no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH\_SMT, atendidos ainda os seguintes requisitos:

I - número máximo de 1 (um) pleito por município, órgão ou entidade;

II - são exceções ao disposto no inciso I deste Artigo, os empreendimentos de caráter regional ou que privilegiem todos os municípios que integram o CBH-SMT, ficando delegado à CT-PLAGRHI, a definição de critérios para o enquadramento de empreendimentos nessa categoria, bem como sua seleção e priorização;

III - contrapartida mínima de 20% (vinte por cento) do valor global do empreendimento ou de acordo com o no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento na SE/CBH\_SMT;

IV - não ter pendências com o Agente Técnico e/ou Agente Financeiro;

V - apresentar valores de financiamento situados entre o piso de R\$ 30.000,00 e o teto de R\$ 180.000,00;

VI - ter apenas um projeto em andamento, com exceção prevista no inciso II deste artigo.

VII – o empreendimento não poderá contemplar, no custo da parcela a ser financiada pelo FEHIDRO, a aquisição de veículos de qualquer espécie.

Artigo 8º - Fica a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos– CTPLAGRHI, responsável pela avaliação dos projetos, elaboração das propostas de hierarquização e rateio dos investimentos, a serem encaminhados à plenária do CBH-SMT, para deliberação.

Artigo 9º - As diretrizes aprovadas por esta Deliberação, têm aplicação exclusiva para o montante dos recursos a serem distribuídos neste ano de 2005.

Artigo 10º - Para inscrição, análise e hierarquização de pedidos junto ao FEHIDRO, orçamento de 2005, da quota-parte do CBH-SMT, fica estabelecido o seguinte cronograma:

- a) até 17 de junho de 2005 – inscrição de empreendimentos, na Secretaria Executiva do CBH-SMT, localizada à A. Américo de Carvalho, 820, Jardim Europa, Sorocaba, até 17 Hs.
- b) até 01 de julho de 2005 – divulgação do resultado da análise dos pleitos na página [www.sigrh.sp.gov.br](http://www.sigrh.sp.gov.br);
- c) até 8 de julho de 2005 – protocolo de recursos;



d) até 14 de julho de 2005 – divulgação dos resultados dos recursos na página [www.sigrh.sp.gov.br](http://www.sigrh.sp.gov.br).

Parágrafo único: Somente serão aceitas inscrições realizadas na Secretaria Executiva do CBH-SMT em documentos não-digitais.

Artigo 11º - Fica estabelecido o critério de pontuação a seguir:

### 1 - OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

- |  |   |
|--|---|
| 1.1- Tratamento e/ou afastamento de esgotos e Destinação de Lixo               | 5 |
| 1.2 - Preservação e Recuperação de Mananciais                                  | 4 |
| 1.3 - Educação Ambiental e Capacitação para Gerenciamento de Recursos Hídricos | 4 |
| 1.4 - Recuperação de áreas críticas de erosão                                  | 2 |

### 2 - POPULAÇÃO BENEFICIADA

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| 2.1 - Toda a bacia                    | 5 |
| 2.2 – Regional (Mais de um Município) | 3 |
| 2.3 - 1 (um) Município                | 2 |
| 2.4 – Local                           | 1 |

### 3- TIPO DE EMPREENDIMENTO

3.1 – Projeto	5
3.2 - Obra ou Serviço	
3.2.1- continuidade de projeto do FEHIDRO	5
3.2.2 – implantação (sem projeto FEHIDRO)	4
3.2.3 - continuidade (sem projeto FEHIDRO)	3
3.3 - Educação, Capacitação e Treinamento	3
3.4 - Equipamentos para operação	1

### 4 - LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

4.1 - em bacia de drenagem de manancial de abastecimento	3
--	---

### 5 - CONTRAPARTIDA:

5.1- mais de 81%	5
5.2 -de 61% a 80%	4
5.3 - de 41 % a 60%	3
5.4 - de 26% a 40%	2
5.5 - mais de 20% até 25%	1 “

Inferior a 20% nada, porque é obrigação oferece a contrapartida, pela regra do FEHIDRO e no item 3. Projetos são característica de nossa bacia para incentivar que as Prefeituras se dediquem a realização de projetos.

“ Artigo 12º - Os casos omissos devem ser objeto de análise e definição pela CT-PLAGRHI.

Artigo 13º - Poderão ser mantidos, pela SE/CBH-SMT, entendimentos com os solicitantes, no sentido de se promover eventuais alterações nos valores dos investimentos solicitados, tendo em vista compatibilizar a hierarquização das solicitações com a disponibilidade dos recursos e a maximização dos benefícios.

Artigo 14º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CBH-SMT. “

Só acrescento que, isso não está escrito, que a principio antes da reunião de Boituva tínhamos a intenção de adotar o mesmo critério do ano passado que era fazer uma pré análise de tudo o que fosse possível, mas como esse ano foi atípico com mudanças de várias Prefeituras, acabou-se apertando um pouco o calendário, porque tínhamos que fazer eleições primeiro, nomear os novos Prefeitos, novos técnicos e a reunião de Boituva acabou não sendo aprovada as normas e critérios e diante não ter sido aprovado lá e pelo adiantado da data, temos que deliberar a aprovação até 30/06 decidimos, a Câmara Técnica optou por não mais considerar aquela seqüência de datas para fazer a pré análise, e julgar e ele consertar e marcar outra data para ele apresentar, por isso usamos os mesmos critérios de datas de 2003, gostaria de alertar a todos sobre isso, a gente está aqui desde que foi criado, e temos gente nova, e a data é criteriosamente obedecida, e temos bastante dinheiro para distribuir esse ano, mas os projetos e obras tudo que tem que ser feito tem de atender rigorosamente ao

Manual do FEHIDRO e atender o que está deliberado aqui, se tiver fora disso, não passa na Câmara Técnica, isso é regra e vale para todos. Eu na minha vivência acho que temos dinheiro para atender muita gente, e não é porque temos bastante dinheiro que vai passar sem que se cumpra a regra. Se por acaso tudo que fizemos de avaliação e aprovação, ainda sobrar recursos, vamos fazer a provação nessa fase do que está bom, do que dá para seguir e depois sei lá, em agosto, setembro, abrimos um novo processo, para aproveitamento dos recursos que sobrarem caso sobrem. Ok ?

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em discussão as propostas.

Francisco Mosquini – Só uma coisa, não digo estranho, mas no art. 11º. item 2 população beneficiada, que toda a bacia, achamos estranho porque toda a bacia deve ter mais de 1 milhão de habitantes, sugerimos que fosse mais restrito, por exemplo número de pessoas beneficiadas, categorias, conforme o projeto, por exemplo estudantes, agricultores, a população em geral, a bacia do Sorocaba tem mais de 5.200 Kms quadrados, toda bacia não me lembro quanto, e não existe projeto nenhum, que possa contemplar toda bacia.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Aberto às discussões.

Cida- Um pequeno esclarecimento, alguns projetos beneficiam a bacia toda, como o plano da bacia que teve recursos do FEHIDRO, as vezes pode-se fazer um projeto de educação ambiental que seja utilizado na bacia toda como foi a GOTA d'água

em Sorocaba e gostaríamos que acontecesse na bacia toda.

Malu- Essa confusão entre população beneficiada e abrangência do projeto fica claramente resolvida se usarmos população beneficiada e abrangência. Uma obra estrutural ou um projeto pontual atende uma população específica por gênero, número e localização, um sistema de informação, um plano de bacia, uma caracterização, um monitoramento hidrológico, tem uma abrangência. A proposta é manter o critério apresentado que me parece lógico, que ele vai em análise de porcentagem e benefício, incluindo população beneficiada e abrangência e aí não precisa discutir qual número de habitantes e quando vai fazer um projeto como um plano de bacia não fica indicando na ficha enquadramento a população da bacia de acordo com o IBGE.

Francisco- Acho que fica muito em aberto. O plano de bacia abrange toda a bacia... mas fica muito pulverizado, é interessante quando se elabora um projeto, como por exemplo educação ambiental em Cabreúva, a população de Cabreúva, número de estudantes, agricultores que serão beneficiados, porque falar toda a população, porque ele pega 5 habitantes aqui, 10 lá e fica pouco, muito vazio, sou suplente da CT-PLAGRHI, acho que tem que ser uma coisa mais clara, inclusive para haver um acompanhamento dos resultados.

Sr. Élbio Presidente— Como o Sr. acha que deve ser a proposta então ?

Francisco- Na elaboração do projeto, a população beneficiada, claro que você não consegue 100% de população atingida, mas especificamente, por

exemplo uma rede de esgoto em um bairro, qual o número de habitantes ou um projeto de educação ambiental, não adianta fazer um em Sorocaba inteirinho, ou fazer específico para cada Município, com graduação. A proposta que na elaboração do projeto onde deve constar toda bacia constar o território restrito que será beneficiado e também a população a qual se destina de modo bastante claro.

Sr. Élbio– Mas isso já está na proposta da Malu.

Rosângela– A Malu disse população beneficiada e abrangência e o Sr. está pedindo para delimitar geograficamente em que está acontecendo e também que seja dito o número da população, população beneficiada e abrangência de projeto foi a proposta da Malu já estaria contemplada sua proposta. Como deveria ficar então ?

Francisco- Projeto roda d'água, vai ser desenvolvido em 10 escolas, qual o número de estudantes, de professores que serão atendidos por ele, dentro do Município. Que seja mais, como se diz... mas que seja constante do projeto esse número.

Rosângela–A gente já mudou de atendida para beneficiada justamente por causa disso, para atender a solicitação dele.

Renato- A solicitação dele já está sendo atendida por aqui.

Participante-Com relação a população beneficiada o colega tem razão e vou tentar dar uma colaboração. Existem projetos pontuais desenvolvidos em uma única região, local, e existem projetos que recebem comunidades do Estado inteiro. Temos um projeto de educação ambiental em Botucatu, que recebe escola da cidade de São Paulo,

extrapolou até a bacia, podia melhorar essa questão da população beneficiada mesmo.

Sr. Élbio— A proposta por gentileza.

Participante— Só sei que um projeto que envolve toda a bacia, você pode colocar no projeto que ele envolve toda a bacia, mas precisa ver em que base vai justificar isso, vai ter que ter justificativa.

Malu— A questão de ordem é para esclarecer a discussão do objeto proposto pela Câmara Técnica. Quando uma entidade apresenta o pleito FEHIDRO ela tem uma ficha de enquadramento onde esse item população abrangida, público alvo, número de pessoas, é discriminado e quem avalia isso é o Agente Técnico, aqui se discute um critério de hierarquização geral, não no detalhe do projeto, e ele é para que na hora que apresentarmos os pleitos do FEHIDRO se tiver empate, como se faz esse desempate, o que fica ou o que sai, é só aí que se aplica o critério de pontuação. Não tem problema. Se eu apresentar um projeto e disser que ele é o plano de bacia do Comitê ele beneficia em termos de abrangência toda Comitê, agora, que população vai ter acesso a esse plano de bacia, é uma população mínima, são os gestores de recursos hídricos, os membros do Comitê, não é o número de pessoas que vai ter acesso a esse plano de bacia. Para termos foco na discussão, não precisamos entrar no mérito de cada projeto, esse detalhamento do Mosquini é feito pelo FEHIDRO, pelo Manual do FEHIDRO e pela ficha de enquadramento. Estamos discutindo critérios de hierarquizar prioridades para distribuir dinheiro, é macro, quando perguntei a proposta que a pessoas tem, elas querem que se detalhe e

indique mas não estão mudando a proposta de pontuação, é só a forma de apontamento, acho que devíamos colocar em discussão se alguém tem propostas, com relação a termos e a pontuação. Só isso.

Sr. Darci- Prefeito de Jumirim- Tem alguns Prefeitos novos que não participaram daquela reunião em Boituva, mas foi colocado em pauta financiamento para poços artesianos e lá ficou deliberado que iria fazer parte do financiamento do FEHIDRO, porque foi retirado agora esses financiamentos ? E gostaria de incluir na pauta financiamentos também para poços artesianos com recursos FEHIDRO para 2005, pode-se até ter pontuação 3, mas tem que ser incluído porque ficou acertado na reunião de Boituva. Se vocês pegarem a Ata de Boituva verificarão que ficou acertado.

Renato- Na reunião de Boituva não chegou a ser votada a deliberação, foi criado um tumulto por conta do que se falava e o que estava na tela e pediu-se uma suspensão dessa deliberação por isso, diante disso não foi aprovado nada naquela reunião, concordo com o Sr. que naquela versão da diretriz existia um item relacionado com poço profundo, mas ele é tratado aqui como uma obra normal, é uma obra, não preciso especificar aqui cada tipo de obra para dar uma nota.

Darci- Mas onde seria enquadrada ?

Renato- Obra, serviço.

Darci- Item 3 ?

Renato- 3.2, é uma obra.

Naquela oportunidade, que não foi aprovado havia citado poço profundo, porque havia naquela



ocasião intenção de se proibir que solicitasse recursos para essa finalidade, uma vez que a prioridade do Comitê não era a questão de abastecimento público e sim de tratamento de esgoto.

- Darci- Tudo bem, mas como citou aqui, só tem poços.
- Renato- Não existe nenhum item aqui que proíba vocês de pedirem poços.
- Darci- Vai poder pedir, vai ter pontuação para quem quiser fazer um poço artesiano.
- Renato- Agora se vai ser aprovado ou não é outra história. Depende de como vai ser colocado dentro da prioridade do Comitê e de todas essas tabelas que foram colocadas aqui.
- Darci- Eu incluiria na pontuação 3.
- Sr. Élbio- Em discussão. Mais uma proposta.
- Malu- Acho que o Prefeito tem razão, ao ler a deliberação, embora todos possam apresentar projeto de captação de água, ou sistema de reservação de água, ou reuso, controle de perdas, etc, isso não aparece como prioridade entre os itens elencados. Por que ? Porque como o Renato colocou ainda não temos o plano de bacia e estamos seguindo o relatório de situação em que indicava que a nossa prioridade era promover saneamento, os Municípios não tinham aterros sanitários, uma grande maioria dos Municípios com lixões, e isso não é mais a realidade dos Municípios e tínhamos o lançamento de efluentes, e para contemplar isso porque em termos de conceito acho que fica errado e a justificativa que imagino seja essa, não tem um plano de bacia que dê um outro indicador, a gente está dando o

mesmo peso para um projeto de tratamento de efluentes e afastamento de esgoto, quer dizer se eu for pedir recurso para um sistema de afastamento de esgoto sem tratamento, só captar e afastar, sei que isso não vai ser aprovado para não tem aprovação da CETESB, DPRN e não sei o que, não sei o que, mas o termo afastamento está na deliberação, então talvez fosse interessante incluir para contemplar essa necessidade de captação, reservação, regularização de outorga, por exemplo por parte dos usuários de água no artigo 3º. um inciso 6º. ou um novo artigo específico para projetos e obras de captação, reservação e utilização racional da água, porque ai ele entra entre as prioridades, tendo em vista que não temos plano de bacia. Porque se o Município de Itu por exemplo apresentar um projeto, um reservatório de água, nas suas áreas de mananciais na hora de hierarquizar, se ele for pedir a contratação de um EIA-Rima, ou de um RAP, como vou impactar essa obra, ela não está entre as prioridades, no primeiro item, vejam, objetivo do empreendimento, ele não tem pontuação, aqui ele teria de ter pontuação, depois sim, ele entra em todos os outros, abrangência, população atendida... mas entre os objetivos se o colegiado achar que captação superficial ou subterrânea é objeto de recurso do FEHIDRO ele precisa ser incluído aqui, antigamente esse colegiado entendeu que não deveria ser, assim como entendeu que destinação de caminhão para coleta de lixo não seria, erosão como aconteceu no passado não seria...

Sr. Élbio— Qual é a proposta então.

Malu- Que o colegiado se manifeste, primeiro delibere em separado se captação de água e reservação, por exemplo é prioridade dos recursos do FEHIDRO em sendo prioridade se inclua entre no artigo 11º. inciso 1 objetivos, esse item captação de águas, porque se o colegiado não quiser não mudamos a deliberação, votando contra não daremos dinheiro do FEHIDRO para captação de poços...

Sr. Élbio- Para encerrar as proposta o Instituto Aruanda, essa é a última para ser depois votado.

Então vamos votar a da Malu.

Renato- Repete a proposta.

Malu- Eu até entendo porque não estava na deliberação, é interessante que o colegiado discuta isso. As autarquias de água, sejam estatais ou municipais elas trem dotação orçamentária, retorno tarifário para fazer obra de captação de água e fomentar abastecimento, por isso não entrava aqui, mas sendo assim deveriam ter por tratamento também, então peço que se coloque em discussão e em votação se esse colegiado inclui entre os objetos a serem financiados com recurso FEHIDRO a fundo perdido ou a financiamento obras de captação, e reservação e tratamento de água para abastecimento.

Sr. Élbio- Em votação os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. **Aprovado.**

Eduardo- Aruanda- Trouxemos aqui<sup>\*\*\*</sup> uma proposta de emenda que são contributivas para a melhoria dessa apresentação que foi feita. No encaminhamento de emenda para o art. 3º. inciso I, eliminar ´e sistema de afastamento a este vinculado` a justificativa diz que isso contradiz o artigo 1º. inciso 1 já que o afastamento de esgoto não se caracteriza como tratamento e nem como recuperação e sim como um paleativo de transferência do contaminante a outra parte ou lugar. Ou seja, não pode ser hierarquizada da mesma maneira tratamento de esgoto afastamento de esgoto, afastamento de esgoto simplesmente transfere geograficamente a deposição de contaminante a outro lugar, não pode ser hierarquizada e considerada igual ao tratamento de esgoto. Isto induz, o afastamento de esgoto a ser caracterizado igual ao tratamento induz a prática de um ato incorreto porque isso não é correto e desestimula condutas e critérios corretos. Vamos por parte, vou ler artigo por artigo de cada emenda para ser considera, discutido e votada. Ou seja, a proposta é eliminação ´e sistema de afastamento a este vinculado`, nesse artigo, essa parte que vincula e hierarquiza afastamento de esgoto igual a tratamento de esgoto.

Cida- Estou pensando na prática. Uma cidade, que acho que já não exista mais isso, embora na minha tenha alguns casos. Que precisa fazer uma rede de esgoto e claro trata-la mas ela está na primeira fase, ela ainda vai fazer a ligação do esgoto ela vai

---

<sup>\*\*\*</sup> Apresentação com recurso visual do Datashow

fazer a rede para afastamento, acho que se inclui ai, se retira ai como ela vai poder fazer a rede antes de tratar ?

Eduardo- A rede de coleta não é o afastamento do esgoto. A rede de coleta é uma coisa, aqui não fala de rede de coleta, fala de afastamento do esgoto, ou seja o lugar onde o corpo de água vai receber o esgoto. Não é a coleta que está em jogo e se está discutindo estamos falando do afastamento do esgoto.

Representante da SABESP – Ele diz o desenvolvimento de projetos de efluentes de origem doméstica, e sistema de afastamento a este vinculado, não fala em obras, o projeto no tratamento de esgoto e o emissário que vai levar esse tratamento, não teria lógica fazer um projeto de tratamento de esgoto e não ter projeto de emissário para chegar nele, é projetos não esta falando obras.

Sra. Rosângela- Quando foi colocado esse item a CT-PLAGRHI teve o cuidado de vincular a ETE com as obras de afastamento que são os interceptores e os emissários são as tubulações maiores, rede coletora não está contemplada aqui. Uma vez que os Municípios tenham o tratamento faz parte e é uma prioridade dos Municípios que possam levar o esgoto até a ETE, são obras vinculadas. Por isso que foi mantido isso. Em reunião na CT-PLAGRHI do CRH, esse item também foi defendido e mantido, a ETE junto com o sistema de afastamento. Acho que seria um retrocesso não permitir que seja o projeto ou a implantação de sistema de afastamento de esgoto desde que seja vinculada a uma ETE.

Eduardo- Então podemos dizer que seja explicitado nesse ponto, posso mudar a emenda para ser explicitado de forma clara concreta e expressa que seja vinculado de forma diretamente a ETE.

Sra. Rosângela – Por isso foi colocado nessa deliberação que foi substituído o ou por e, a preposição é E, tratamento de efluente e sistema de afastamento a este vinculado, antes era OU a condução.

...não, não, não ´Tratamento e/ou afastamento de esgotos e Destinação de Lixo`, e/ou foi por causa disso, se ele tiver tratamento ele pode fazer o afastamento se ele não tiver tratamento ele não faz, o OU é porque ele pode ter um ou outro, porém obrigatoriamente tem que ter o tratamento.

Eduardo- Então aclarado isso vamos chegar ao artigo 11. Não, não, não, está bom, vamos retirar que vamos fazer as ´aclarações` pertinentes.

Sra. Rosângela – A proposta é para que fique como está.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação os que concordarem com a proposta original que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. **Aprovado.**

Eduardo- 7º. inciso 2, eliminar que ´fica delegado à Câmara Técnica as definições de critérios para enquadramento de empreendimento nessa categoria bem como sua seleção e priorização`. A justificativa diz que em princípio não se pode legitimar o que se poderia constituir em um ato arbitrário. Ou seja, qual é esse critério, se não se conhece, como se pode delegar a que alguém defina o critério. Primeiro necessitaríamos ter uma explanação. Este seria um caso onde o requerente de qualquer coisa necessita estar informado de

forma ampla sobre qualquer e todo processo onde caberá uma avaliação. Ou seja, fica muito restrito esse critério, e isto pode obviamente criar uma situação, se o proponente não conhece o critério e fica este sujeito ao critério de uma Câmara, como pode elaborar um projeto sem saber qual é esse critério ? Queremos eliminar ´fica delegado à Câmara Técnica a definição de critérios para enquadramento de empreendimento nessa categoria bem como sua seleção e priorização`. Precisa ser comparado com a proposta, 7º. inciso 2.

Rosângela- Só a proposta por favor todos tem a deliberação.

Eduardo- Conhecendo os critérios caberia, não conhecendo-os como fica ? Elimina ´fica delegado à Câmara Técnica a definição de critérios para enquadramento de empreendimento nessa categoria bem como sua seleção e priorização`.

Rosângela- Qual é a proposta. Como ficaria ?

Eduardo- Que explicita quais são os critérios. Agregue quais são os critérios, ou seja, meia dúzia não pode resolver critérios quando pode haver vários pleiteantes de projetos. É questão de democracia.

Sr. Élbio- Em discussão.

Renato- É só uma questão de leitura do projeto quando for apresentado, são exceções, exposto no inciso 1 que diz que o número máximo é um pleito por Município, órgão ou entidade, desde que, o empreendimento tenha um caráter regional ou que privilegie em todos os Municípios que integram o Comitê. Podemos até parar por ai. A Câmara Técnica vai ler o projeto e vai identificar se o empreendimento tem caráter regional ou que

privilegie em todos os Municípios que integram o Comitê. Foi colocado para que se ficasse claro que essa atribuição de definição é de Câmara Técnica, por que vamos colocar isso em uma deliberação de plenária para discutir uma coisa tão óbvia? Por essa razão a minha proposta é que se mantenha como está.

Rosângela-E tem um item já para que a Câmara Técnica possa avaliar isso, o item de população beneficiada, espaço, que está contemplado na ficha resumo do FEHIDRO. Minha proposta é que permaneça esse artigo, como está.

Vereador- O que o Renato está colocando é que são em cima dos critérios colocados aqui em termos de pontuação. O que está colocado aqui é que a critérios da comissão, dá impressão que vai se criar outros critérios e não os que estão escritos aqui, lógico. Vamos lá, definição de critérios fica delegado à Comissão a definição de critérios para o enquadramento, está claro aqui que quem define é a Comissão e não pode ser a Comissão esses critérios estão sendo votados agora.

Sr. Élbio- É a Câmara Técnica quem define.

Vereador- Mas não estamos votando agora ?

Rosângela-Eu sei mas se alguém achar que algum projeto ou que a Câmara Técnica agiu de forma errada, no dia de apresentação dos projetos todos vão estar aqui para contemplar isso, mas no momento que a Câmara Técnica está analisando ela vai dizer, esse tem caráter regional, esse não tem, o projeto vem para pleitear a deliberação, os projetos contemplados serão na próxima reunião, ai você olha, ´como a Câmara Técnica disse que aquele



projeto é regional ?` A Câmara Técnica tem que se explicar. O que não pode mudar é que a Câmara Técnica na hora que analisa os projetos diz se é regional ou não é, isso a Câmara Técnica é que diz.

Participante-Se estiver dentro do prazo para que possa recorrer, ai tudo bem.

Renato- Tentando esclarecer mais uma vez, o que a Câmara Técnica vai definir aqui é se o pleito se enquadra ou não no inciso 1 do art. 7º. ninguém está discutindo critérios, todos os critérios, se ele é regional ou não é, se vai poder pedir mais de um pedido ou não, só isso, não leva todo aquele monte de notas que avaliamos mais para frente.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – A proposta é, mantém-se a original ou o que está sendo proposto, para retirar.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação os que querem deixar a proposta original que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. **Aprovado.** Já foi aprovado.

Participante-Com todo respeito, queria pedir que a mesa quando colocasse em votação, verificasse também abstenções, porque acredito que algumas matérias aqui, parece que todos aprovaram, mas eventualmente as pessoas não estavam esclarecidas ou estavam em dúvida e não tendo a possibilidade de se absterem não vai estar refletindo.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Mas foi feita a discussão.

Participante- Entendi, é independente das propostas, o encaminhamento é pedindo também a manifestação dos que se abstém de votar seja por que motivo for, se não fica só a favor e contra.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Então vamos colocar em votação os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás, ou quem se abstém.  
**Aprovado.**

( Quatro membros do colegiado levantaram a mão)  
Próxima proposta do Aruanda.

Eduardo- Nesse mesmo artigo existe um cronograma para apresentação de projetos, perdão é o 10º. o que solicitamos é um prazo, agregar um subitem com a legenda de 21.07.2005 para apresentação de recurso para encaminhamento à plenária. A justificativa, o CBH-SMT até hoje não dispõe e nem propicia condutas e mecanismos recíprocos, como tampouco de mecanismos moderadores e conciliatórios, que facilitem o aprimoramento e a negociação de entendimentos. Sendo que o caráter de qualquer Câmara deliberativo, consultivo e não determinante, a plenária se constitui hoje como um instrumento de apelo e discussão. O que foi apresentado o projeto praticamente acaba, foi reprovado, foi reprovado, se apresenta recurso perante a Câmara, mas não há item que permita e prazo que permita apresentar recurso em plenária, a última instância decisória de qualquer pleito. Queremos agregar um prazo e o artigo que dê um prazo e a possibilidade de encaminhamento de recurso para discussão em plenária.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em discussão.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Nesse prazo que foi estipulado, temos até 31.07 para protocolar todos os projetos junto a SECOFEHIDRO. Quando são deliberados os pleitos, todos os pleitos são encaminhados à Secretaria Executiva do SMT e são enviados à São Paulo, à Secretaria do FEHIDRO. Quando chega no Comitê às vezes existem não documentos, mas substituir documentos e alguma coisa ainda precisa ser feita, e esse prazo que se pede é para que nós não corramos o risco de termos algum projeto ou termos o pleito na possibilidade de entrar com atraso na SECOFEHIDRO, não temos, 21.07 é inviável, e não é nem por problema da Câmara Técnica ou da Secretaria, é um procedimento que temos durante todo o tempo e esses prazos foram baseados nessas experiências. Então pediria aos srs. que por favor, para que tenhamos sucesso e entreguemos no prazo correto e protocolarmos esses pleitos junto ao FEHIDRO que esses prazos não sejam modificados. Se alguém quiser fazer isso, com certeza pagaremos, porque tem uma multa, não sei como eles colocam no Manual de Procedimentos, mas é como se fosse uma multa que é retirada uma parte do dinheiro do Comitê. Minha proposta é que se mantenha esse calendário. Obrigada.

Eduardo- Não podemos entender que sucesso se converta em um insucesso, ou seja, que aquele que tenha seu projeto reprovado não tenha instância de discussão. Que vamos discutir aqui? São sete dias

a mais. A última data, dia 14, estou agregando mais sete dias, para dia 21, não estamos colocando um mês aqui, isso é uma questão democrática gente, de participação e de transparência, se um projeto foi rejeitado ou reprovado, não importa qual foi o motivo ele tem que ter o direito universal de defesa. E esse direito tem que estar colocado nessa data ou em outra data mas tem que ser reconhecido.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação mantém-se o calendário ou muda. Os que concordarem com o original permaneçam sentados e os que não concordarem e as abstenções também levantem seus crachás.  
**Aprovado.**

( Com 4 votos contrários e 0 abstenção).

Eduardo- Artigo 11, 1.3 porque o 1.1 está vinculado. Na proposta da Câmara Técnica se coloca a educação ambiental com 4 pontos, queremos que seja hierarquizada com 5 e aqui já foi colocado por várias outras pessoas que fizeram intervenção.

O Comitê de bacia investiu desde sua criação só 7% em áreas de educação ambiental quando o mínimo que se está colocando ao nível do Estado de São Paulo é de 20%, quer dizer, temos ai uma defasagem bastante grande. Outra questão é que a educação ambiental está consagrada como prioritária na Agenda 21, na Constituição Federal e Estadual e na deliberação 257 da ONU, depois de vários estudos e trabalhos realizados pela Unesco, se chegou a conclusão que a solução sócio-ambiental do planeta estava na educação

ambiental, e para isso a resolução da ONU declarou a década da educação ambiental, que começa esse ano no mês de maio de 2005 até maio de 2015. Essa é uma questão que para nós é fundamental, todos sabem que os domicílios tem feito grandes esforços para economia de água e energia, e que tudo isso esteve vinculado à educação ambiental e o Brasil despeja nos lixões 30% de alimentos. Estamos falando então de desenvolvimento sustentável, de prioridade que é mundial e aqui está qualifica com 4 pontos, nossa proposta é passar para 5 pontos.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em discussão.

Renato- Essa é uma questão bastante polêmica desde que foi criado esse Comitê esse número variou de 3,4,5,5,4,3 ninguém do Comitê muito menos os membros da Câmara Técnica questionam a importância da educação ambiental. Mas fazemos simulações desses números, a pontuação não é que sonhamos à noite e fazemos de dia, tem simulações e já identificamos que no passado muito dos projetos apresentados a grande maioria como até o próprio mentor dessa mudança fez, já teve a pontuação máxima em seus projetos apresentados e a Câmara identificou que muitos programas de educação ambiental tinham pontuação bastante elevada sendo que ele não era a prioridade número um do Comitê e por essa razão, isso já foi amplamente discutido, chegou-se a conclusão no passado que esse número ideal seria 4, uma vez que demos 2 teve uma defesa muito brilhante da Sra. Malu que mudou esse item para 4, e ponderando todas as notas anterior e

julgo por bem que o número ideal seria 4. A Câmara Técnica entende, apesar de todos apoiarem e acharem que é fundamental a educação ambiental, que tem que realmente ter no Comitê, a nossa proposta é que se mantenha os 4 pontos.

Eduardo- A defesa. Não podemos apoiar uma estatística passada para ampliar os conhecimentos do futuro, necessitamos entender que inclusive o fato que alguns projetos tenham sido talvez de baixa performance, ou proporção, não pode impedir que outros apresentem projetos, por outro lado o desenvolvimento da sociedade civil no que compete ao conhecimento e experiência de projeto e sua aplicação, ou seja, este é um ponto e o outro é que queremos aclarar, tivemos a máxima pontuação, não estou defendendo nossa instituição, ela tem capacidade para conseguir a máxima pontuação, nosso projeto aprovado com a máxima pontuação cumpriu estritamente o cronograma físico, financeiro e superou três vezes a expectativa, não podemos falar de nós, estamos falando de outros Municípios, da sociedade civil. Então que se faça a votação.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em discussão.

Participante- Por questão de ordem e também de tempo, acho que esse assunto deve ser mantido, vou reforçar a posição do Comitê técnico, porque temos outras prioridades nesse momento, educação ambiental é um processo contínuo e de longo prazo e existem recursos que vem com muito mais facilidade de outros organismos governamentais e não governamentais que acho que é mais fácil

trabalharmos porque os outros recursos por exemplo de resíduos sólidos, as limitações são terríveis. Defendo pela manutenção do processo.

Élbio- Em discussão.

Participante- Tentando refletir o que entendo que seja a percepção de várias pessoas aqui, parece que a está tendo uma divisão a Câmara Técnica contra outro lado, eu não entendo assim, a Câmara Técnica é uma representação, não uma meia dúzia como dito, das intenções do Comitê para esses assuntos. Para ser mais direto entendo que isso foi como o Renato disse, isso não foi um sonho, foi bem estudado e representa o lado técnico dos Prefeitos e todos que compõem o Comitê. Proporia dois pontos, a primeira que os quesitos apresentados sejam aceitos como estão ou então haja alterações daqui para frente, se a maioria entender, se a maioria entender que ele deve permanecer como está apesar das alterações já feitas, que seja feito assim.

Participante- Foi colocado que só 7% dos recursos são destinados à educação ambiental, isso reflete para o mesmo dado do Comitê do São Francisco, temos 7% destinado a educação ambiental e 93% destinado para obras estrutural. Eu tenho esse dado. Obra estrutural ela tem seu patamar, seu limite. Se não se trabalhar com educação ambiental, estritamente, ela vai ficar superada e sucateada no futuro. Pleiteamos como o Eduardo coloca que seja estudado uma pontuação essa de 5 pontos para projetos e obras e a educação ambiental subpontuada nesses casos, leva a uma divisão e também aqui em baixo já fala, educação, capacitação e treinamento, tipo de

empreendimento, gostaria que esse item fosse mais discutido para depois passar para uma avaliação. Obrigado.

Malu-

Essa deliberação, em nunca esse Comitê limitou recursos em porcentagens, ou percentual para itens e projetos, dos 10 PDC's o único que fala em limitação e vinculação de dotação orçamentária é o artigo 1º. inciso 8 que carimba 30% da totalidade dos recursos do Comitê para projetos que objetivem planejamento e gestão da bacia. Portanto não existe limitação de recursos em 7% para educação ambiental. O que estamos revendo é um pedido, que acho Eduardo que você deveria ser mais objetivo quando você faz um pedido, porque as pessoas ficam confusas no encaminhamento de seus pleitos, você está pleiteando que a pontuação de educação ambiental não seja estabelecida em 4 mas sim em 5 pontos, a Câmara Técnica trouxe novamente ao plenário o resultado de uma votação no biênio passado, que foi no voto que ficamos com 4 pontos, e quero esclarecer que não é uma proposta minha é uma deliberação do colegiado em que foi dado 4 pontos para educação ambiental e que a leitura que está sendo dada aqui está sendo equivocada. Temos 4 pontos para educação ambiental e se um projeto ou serviço contemplar dentre seus objetos além do que é objeto específico, educação ambiental, ele ganha mais pontos. Logo dá para fazer uma soma, de educação ambiental para gestão pode ser considerada objeto do pleito dos 30% do que é planejamento, que planejamento é educação, é capacitação, informação é capacitação está no PDC 1, educação ambiental *strito sensu*, tem 4



pontos e projetos e serviço as que tiverem em seu escopo educação ambiental ganham mais 3, se somarmos temos mais que 4 pontos. O que estamos tentando fazer é um arranjo para que deficiência da qualidade ambiental da bacia sejam sanadas com emprego de recursos do FEHIDRO, ninguém está entrando no mérito se educação ambiental é prioridade ou não e está análise da pontuação única e lateralmente, desculpe senhores mas é uma análise equivocada. Outra coisa que acho que está equivocada aqui Presidente, peço uma condução no encaminhamento da votação, dessa deliberação, a Câmara Técnica foi votar isso aqui, teve discussão, trabalho deles, e uma série de questões debatidas e esse critérios e hierarquização os colegas da sociedade civil pediram 5 pontos, foi a voto perderam e ficou 4. Ficamos com 4 e a proposta original eram 2, e as entidades da sociedade civil já se articularam na Câmara Técnica e conseguiram manter 4 pontos. Em seguida estamos discutindo uma proposta de encaminhamento de uma deliberação que se abriu ao plenário a discussão de seus artigos específicos para discussão e encaminhamento da deliberação para aqueles objetos que não foram contemplados aqui e não para sua reformulação na totalidade. Então precisamos votar em separado, a proposta de deliberação da Câmara Técnica com as mudanças apresentadas em plenário, o que se deve votar aqui é simplesmente o pedido do Eduardo da Aruanda de 4 para 5 pontos, quem quer que seja 5 pontos, levante seus crachás quem não quer, que mantenha 4, e acabou, sem deixar em discussão o foco do

mérito, e as outras propostas já deliberadas aqui, para as reformulações de redação que forem necessárias inclusive na inclusão da questão de captação, que a Câmara Técnica faça a redação adequada para corrigir a deliberação da melhor forma possível, porque incluímos aqui um artigo e não discutimos a redação.

Malu- Gostaria de solicitar a você a redação, sobre os poços profundos.

Malu- Não é isso, eu não pedi poços profundos. O colegiado votou e aprovou a inclusão do item captação, reservação e tratamento para abastecimento, minha proposta era se votássemos em separado, votamos em separados e os srs. aprovaram, não aprovamos a redação, eu disse quer queria uma inclusão só no artigo 11 dos objetivos e entendo que a Câmara de saneamento deveria discutir a posterior essa proposta e hierarquizar isso devolvendo à Câmara Técnica Planejamento, porque se só incluirmos aqui não vai ter critério de hierarquização, o voto foi em separado. A mesma coisa em relação à educação ambiental entendo que o Sr. Eduardo deveria apresentar tudo o que ele queria e ai votamos em separado artigo por artigo da deliberação. O que o colegiado deliberou foi incluir dentre os objetos a captação, não falamos se era isso ou aquilo, para isso precisamos complementar a minha proposta, eu fiz uma proposta da seguinte redação e ai posso entregar a mesa. A proposta era inclusão de um item 1.5 dentre os objetos do artigo 11 “ Captação, reservação e tratamento para abastecimento “. Se essa for a redação precisa de nova votação. Porque só tínhamos votado a

inclusão do tema e não da redação. Por favor Sr. Presidente vamos finalizar esse item educação ambiental que dá polêmica pondo em votação de imediato sem mais discussões e depois se a gente faz uma redação ou a Câmara Técnica faz a redação do que foi aprovado.

Élbio- Em votação a educação ambiental os que concordarem que a proposta original permanece, permaneçam sentados e os que concordarem com a proposta da Aruanda levantem seus crachás. E as abstenções. **Aprovado** a proposta original, com seis votos contrários.

Primeiro em discussão a proposta da Malu.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Se colocarmos essa redação não vejo como isso possa estar encaixado ou contemplado no PDC, não sei como foi o poço tubular profundo quando solicitado pela Prefeitura, foi colocado no PDC, porque na ficha resumo do FEHIDRO se não for colocado o PDC onde o projeto está contemplado, a SECOFEHIDRO não vai aceitar e vai devolver

Renato- Lembrando, PDC's são os Planos de Duração Continuada e só para dizer que essa questão de captação de água não se enquadra em nenhum dos PDC's que temos no Plano. Para encaminhar no passado, os pedidos de perfuração de poços para Jumirim e Conchas utilizarmos o PDC 4 desenvolvimento e proteção das águas subterrâneas e o sistema aceitou isso. A nossa preocupação é que isso extrapole para uma captação de tratamento de água superficial e não tenhamos nenhuma alternativa de PDC para fazer

enquadramento e não se enquadrando para fazer no PDC adequado o Agente Técnico cancela.

Sra. Rosângela César – A proposta é que se tenha um item só para poço tubular profundo que seja da forma como quando foi possível em S. Roque, não me lembro qual foi a deliberação, mas não se pode abrir para captação e tratamento de água, não.

Renato- PDC 6 ?

Malu- (fala sem microfone)

Sra. Rosângela César Irrigação, não se adequa a abastecimento público, Malu.

Malu- Foi só captação, não definimos aqui se é águas subterrâneas, superficial... minha proposta não foi essa...

Rosângela-É que temos de definir, infelizmente, porque temos que marcar uma outra reunião para deliberar, como vamos enviar essa deliberação ? Captação no item 6 refere-se 'desenvolvimento racional de irrigação' é isso ? Não é abastecimento público.

A proposta é que não é possível fazer captação e tratamento de água

Participante- Põe em votação.

Rosângela-Se for essa redação e tentar colocar no PDC 6 não estará contemplada a solicitação do Prefeito de Jumirim.

Participante-Por uma questão de ordem, Sr. Presidente, vamos ficar discutindo se pode ou não, tem que colocar em votação sua posição e a dela e ponto, agora discute a hermenêutica da lei e vai ficar todo mundo aqui, cansado e o plenário já esvaziou, põe em votação a sua proposta e a original, porque se

não eu vou embora, entendeu ? Só você quer falar, está desrespeitando a gente, pôxa ! Põe em votação, você já explicou sua posição. Porque eu tenho mais... todo mundo tem... só você explana, só você explana, só por questão de ordem, então põe em votação, é questão de interpretação da lei.

Malu- ... foi aprovado por unanimidade, o Presidente pediu que eu faça a redação, como eu vou redigir uma coisa que está aprovada eu não posso fazer a redação que é de discussão da Câmara Técnica...

Participante-E não dá tempo também, não é possível...

Malu- ... como eu vou fazer uma redação se vocês não sabem nem no que votaram ? O que Sr. falou para mim agora, parece que você não sabe que já aprovou a proposta...

Participante-Mas a Sra. está desde que chegamos discutindo, só tumultuando.

Participante-Mas não são só os Prefeitos que não sabem, os demais também, não sei, só Sra. sabe, pega e faz o projeto só a Sra. vai lá e representa todo mundo...

Tumulto

Élbio- Está retirada a proposta Malu ?

Malu- Fica sem captação nesse Comitê, em prejuízo do Prefeito.

Élbio- Vamos pôr poço tubular profundo, gente.

Tumulto

Rosângela-A redação do poço tubular profundo.

A redação não foi aprovada.

Então vamos votar.

Participante- Tem quorum?

Élbio- Vamos ver se temos quorum, fazendo a contagem, só os titulares. Temos 28, temos quorum suficiente sim.

Rosângela-Para que se contemple a proposta do Prefeito de Jumirim é que se possa pleitear poço tubular profundo, não foi aprovada, apenas a redação.

Élbio- Vamos pôr em votação a proposta do Prefeito de Jumirim, construção de poços profundos, o plenário decide. Em discussão.

Rosângela-Não temos a redação.

Prefeito de Itu Herculano Castilho P. Junior -Foi votado captação de águas. Acho que onde existe aquífero na cidade furar poços profundos é fácil, e onde tem rios superficiais que vão beneficiar a cidade ? Que isso ai é uma coisa injusta até para alguns Municípios, porque estamos fazendo uma discussão regional e nessa metade da bacia existe possibilidade de captação de águas subterrâneas e a outras metades tem captação de águas superficiais, se quisermos privilegiar algumas cidades fica difícil essa discussão, entendo que já foi votado a captação de águas, sem identificar se é profundo ou superficial, já foi discutido isso e a próxima discussão é saber a pontuação da hierarquização aqui por saber que peso vai ter esse item.

Rosângela-Prefeito, é que no PDC a preocupação da Câmara Técnica Planejamento é que captação de água superficial e tratamento não está contemplado, está no item 6, como a Malu diz, mas a gente vê que é irrigação e não abastecimento público, na verdade sou da mesma opinião do Sr. que prejudicaria quem tem captação de águas superficiais, mas isso é um PDC do CRH, não é nossa decisão. O PDC para que pudesse encaixar o poço tubular profundo tivemos de achar um item para fazer isso e não estamos vendo onde possa ser encaixado captação e tratamento de água, esse é o problema.

Malu- Estudos, projetos, regularização, tudo isso é captação. Mas está sendo prejudicada a discussão porque está sendo conduzida de forma até desrespeitosa com a proposta que fiz, e eu retirei...

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Não Malu, minha preocupação é uma só, que o Prefeito de Jumarim não está presente e ele foi bem claro que ele gostaria que fosse contemplado poço tubular profundo.

Malu- A plenária aprovou por unanimidade e tem que se manter, quem votou sem prestar atenção das próximas vezes preste atenção no que vota, respeite as propostas que são colocadas e a Câmara Técnica avalia a legalidade dessa proposta depois, porque dá para por no PDC e dá para dizer de que jeito vai.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Tudo bem, então vamos concordar que vamos fazer outra reunião para deliberar isso.

Não dá tempo.

Participante- Parece que a Câmara Técnica não tem legitimidade, que foi votada. Acho que é interessante que esse plenário poderia dar a legitimidade a Câmara Técnica, nós já damos a legitimidade, votamos e ela faz o encaminhamento porque eu confio na Câmara Técnica, mesmo até não concorrido e não tendo ganhado a eleição concordo que a Câmara Técnica é representativa do Comitê de bacia. Temos de dar esse aval a ela. Não há necessidade Malu de se fazer outra reunião, podemos passar essa atribuição a Câmara Técnica, tomando o cuidado que você coloca de prestarmos mais tenção no que votamos.

Élbio- Última proposta do Aruanda.

Eduardo- Artigo único, como é costumeiro nos outros Comitês e é bom informar que nos outros quem faz as avaliações não são as Câmaras Técnicas e sim um GT paritário colocamos que nos outros Comitês os tomadores e pleiteadores não podem fazer avaliações, porque seria uma questão de poder ser até de avaliar em favor próprio, a proposta é parágrafo único: “Fica estabelecido o impedimento de participação, em todo seu contexto, de qualquer prática e/ou intervenção na avaliação de Projetos e Recursos a todo membro institucional jurídico e/ou seus representantes nomeados ou funcionais, sempre e quando a instituição for ou estiver envolvida direta e/ou indiretamente como tomador ou pleiteante de financiamento no âmbito do FEHIDRO. Justificativa: Princípios de conduta e de prática da ética e da moral.

Élbio- Em discussão.



Participante-Nós fazemos parte da Câmara Técnica Planejamento pela cidade de Botucatu, e não foi colocado isso quando pleiteamos a Câmara Técnica, então seremos prejudicados na apresentação de projetos, não só Botucatu, como todos os Municípios que fazem parte das Câmaras Técnicas.

Marcelo – SOS Mata Atlântica- Entendo que essa proposta seja objeto para um Regimento Interno.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Em votação, mantém o original os que concordarem que permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. Abstenção.

**Aprovado** por unanimidade.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Então ficou aprovado o 167 somente com aquela ressalva.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Fica ficou aprovado o 167 somente com aquela ressalva a qual será feita pela Câmara Técnica de Planejamento.

Em votação, os que concordam com a proposta 167 permaneçam sentados e os que não concordarem levantem seus crachás. Abstenções.

**Aprovado** por unanimidade.

Aplausos

Bem, agora gostaríamos de que algum Município pleiteasse a próxima reunião do Comitê de bacia. Para daqui 60 dias, Botucatu tinha? Anhembi ? Porangaba, Pereiras? Tatuí, Itu?

Antônio Mário de Paula F. Ielo- Prefeito de Botucatu- Botucatu não está pleiteando a próxima porque estamos querendo a seguinte, porque está se formando em Botucatu o Comitê gestor da APA de Botucatu e como queremos já estar conversando com o grupo gestor e depois fazer a de Botucatu após esse contato, como ainda não teve essa conversa, Botucatu, não para a próxima, a segunda ou a terceira conforme acontecer com o grupo gestor da APA.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Passo agora a palavra ao Prefeito anfitrião.

Sr. Cláudio Maffei Prefeito de Porto Feliz– Existe algum Município que está interessado em pleitear a próxima reunião ? Vargem Grande Paulista? Tem festa, um bom motivo para a reunião, faz parte do calendário da festa, pode ser ? Não, está bom. Deixa para sorteio ? Consulta, está bem.

Fazendo o encerramento, inclusive pela paciência, mas acho que a democracia é assim mesmo, agradecer pela participação por estarem visitando Porto Feliz que está sempre de braços abertos para todos e agora a melhor parte estamos convidando todos para irem ao restaurante para almoçar conosco. Obrigado pela presença e pela presença do Comitê.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Encerrada então a reunião.

Aplausos

\* \* \*